

Ulrich Beck

Sociedade de risco

Rumo a uma outra modernidade

Tradução de Sebastião Nascimento

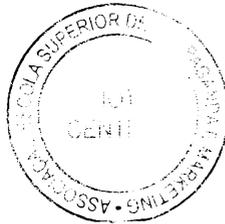
Ulrich Beck

SOCIEDADE DE RISCO

Rumo a uma outra modernidade

Tradução
Sebastião Nascimento

Inclui uma entrevista inédita com o autor



editora ■ 34

EDITORA 34

Editora 34 Ltda.

Rua Hungria, 592 Jardim Europa CEP 01455-000

São Paulo - SP Brasil Tel/Fax (11) 3816-6777 www.editora34.com.br

Copyright © Editora 34 Ltda. (edição brasileira), 2010

Risikogesellschaft @ Suhrkamp Verlag, Frankfurt a. M., 1986

Tradução © Sebastião Nascimento, 2010

A FOTOCÓPIA DE QUALQUER FOLHA DESTE LIVRO É ILEGAL E CONFIGURA UMA APROPRIAÇÃO INDEVIDA DOS DIREITOS INTELECTUAIS E PATRIMONIAIS DO AUTOR.

A tradução desta obra contou com o apoio do Goethe-Institut, que é patrocinado pelo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.

Título original:

Risikogesellschaft: auf dem Weg in eine andere Moderne

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica:

Bracher & Malta Produção Gráfica

Preparação:

Luciano Gatti

Revisão:

Mell Brites

1ª Edição - 2010, 2ª Edição - 2011

CIP - Brasil. Catalogação na-Fonte
(Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ, Brasil)

Beck, Ulrich, 1944-
B724s Sociedade de risco: rumo a uma outra
modernidade/ Ulrich Beck; tradução de Sebastião
Nascimento; inclui uma entrevista inédita com
o autor — São Paulo: Ed. 34, 2010.
384 p.

ISBN 978-85-7326-450-0

Tradução de: Risikogesellschaft

1. Sociologia. 2. Modernidade.
3. Sociedade e globalização. I. Nascimento,
Sebastião. II. Bueno, Arthur. III. Título.

CDD - 301

CLASS:	316
PHA:	B355s
TOMBO:	242230
DATA:	16/04/2012

ex. 2

SOCIEDADE DE RISCO

A propósito da obra	7	
Prefácio	11	
Primeira parte		
NO VULCÃO CIVILIZATÓRIO:		
OS CONTORNOS DA SOCIEDADE DE RISCO	21	
1. Sobre a lógica da distribuição de riqueza e da distribuição de riscos	23	
2. Teoria política do conhecimento da sociedade de risco	61	
Segunda parte		
INDIVIDUALIZAÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL:		
SOBRE A DESTRADICIONALIZAÇÃO DAS FORMAS DE VIDA		
DA SOCIEDADE INDUSTRIAL	105	
3. Para além da classe e do estrato	113	
4. Eu sou eu: sobre o um sem o outro, o um com o outro e o um contra o outro na relação entre os sexos dentro e fora da família	149	
5. Individualização, institucionalização e padronização das condições de vida e dos modelos biográficos	189	
6. Despadronização do trabalho assalariado: sobre o futuro da formação profissional e do emprego	203	
Terceira parte		
MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA:		
SOBRE A GENERALIZAÇÃO DA CIÊNCIA E DA POLÍTICA		229
7. Ciência para além da verdade e do esclarecimento? Reflexividade e crítica do desenvolvimento científico-tecnológico	235	
8. Dissolução das fronteiras da política: sobre a relação entre controle político e transformação técnico-econômica na sociedade de risco	275	
Bibliografia	343	
Anexo: Diálogo com Ulrich Beck, <i>Arthur Bueno</i>	361	
Índice das matérias	377	
Sobre o autor	383	

Sobre a lógica da distribuição de riqueza e da distribuição de riscos

Na modernidade tardia, a produção social de *riqueza* é acompanhada sistematicamente pela produção social de *riscos*. Consequentemente, aos problemas e conflitos distributivos da sociedade da escassez sobrepõem-se os problemas e conflitos surgidos a partir da produção, definição e distribuição de riscos científico-tecnologicamente produzidos.

Essa passagem da lógica da distribuição de riqueza na sociedade da escassez para a lógica da distribuição de riscos na modernidade tardia está ligada historicamente a (pelo menos) duas condições. Ela consoma-se, em primeiro lugar — como se pode reconhecer atualmente —, quando e na medida em que, através do nível alcançado pelas forças produtivas humanas e tecnológicas, assim como pelas garantias e regras jurídicas e do Estado Social, é objetivamente reduzida e socialmente isolada a *autêntica carência material*. Em segundo lugar, essa mudança categorial deve-se simultaneamente ao fato de que, a reboque das forças produtivas exponencialmente crescentes no processo de modernização, são desencadeados riscos e potenciais de autoameaça numa medida até então desconhecida.¹

Na medida em que essas condições se impõem, ocorre que um tipo histórico de pensamento e ação é relativizado ou recoberto por um outro. O conceito de “sociedade industrial” ou “de classes” (na mais ampla vertente

¹ *Modernização* significa o salto tecnológico de racionalização e a transformação do trabalho e da organização, englobando para além disto muito mais: a mudança dos caracteres sociais e das biografias padrão, dos estilos e formas de vida, das estruturas de poder e controle, das formas políticas de opressão e participação, das concepções de realidade e das normas cognitivas. O arado, a locomotiva a vapor e o microchip são, na concepção sociocientífica da modernização, indicadores visíveis de um processo de alcance muito mais profundo, que abrange e reconfigura toda a trama social, no qual se alteram, em última instância, as *fontes da certeza* das quais se nutre a vida (Koselleck, 1977; Lepsius, 1977; Eisenstadt, 1979). Normalmente, distingue-se entre modernização e industrialização. Aqui, por razões de simplificação da linguagem, utilizaremos preponderantemente “modernização” como um conceito generalizante.

de Marx e Weber) gira em torno da questão de como a riqueza socialmente produzida pode ser distribuída de forma socialmente desigual e ao mesmo tempo “legítima”. Isto coincide com o novo *paradigma da sociedade de risco*, que se apoia fundamentalmente na solução de um problema similar e no entanto inteiramente distinto. Como é possível que as ameaças e riscos sistematicamente coproduzidos no processo tardio de modernização sejam evitados, minimizados, dramatizados, canalizados e, quando vindos à luz sob a forma de “efeitos colaterais latentes”, isolados e redistribuídos de modo tal que não comprometam o processo de modernização e nem as fronteiras do que é (ecológica, medicinal, psicológica ou socialmente) “aceitável”?

Não se trata mais, portanto, ou não se trata mais exclusivamente de uma utilização econômica da natureza para libertar as pessoas de sujeições tradicionais, mas também e sobretudo de problemas decorrentes do próprio desenvolvimento técnico-econômico. O processo de modernização torna-se “*reflexivo*”, convertendo-se a si mesmo em tema e problema. Às questões do desenvolvimento e do emprego de tecnologias (no âmbito da natureza, da sociedade e da personalidade) sobrepõem-se questões do “manejo” político e científico — administração, descoberta, integração, prevenção, acobertamento — dos riscos de tecnologias efetiva ou potencialmente empregáveis, tendo em vista horizontes de relevância a serem especificamente definidos. A promessa de segurança avança com os riscos e precisa ser, diante de uma esfera pública alerta e crítica, continuamente reforçada por meio de intervenções cosméticas ou efetivas no desenvolvimento técnico-econômico.

Ambos os “paradigmas” de desigualdade social estão sistematicamente relacionados a fases específicas do processo de modernização. A distribuição e os conflitos distributivos em torno da riqueza socialmente produzida ocupam o primeiro plano enquanto em países e sociedades (atualmente, em grande parte do assim chamado Terceiro Mundo) o pensamento e a ação das pessoas forem dominados pela evidência da carência material, pela “ditadura da escassez”. Em tais circunstâncias, na sociedade da escassez, o processo de modernização encontra-se e consuma-se sob a pretensão de abrir com as chaves do desenvolvimento científico-tecnológico os portões que levam às recônditas fontes da riqueza social. Essas promessas de libertação da pobreza e da sujeição imerecidas estão na base da ação, do pensamento e da investigação com as categorias da desigualdade social, abarcando, na verdade, desde a sociedade de classes, passando pela sociedade estratificada, até a sociedade individualizada.

Nos Estados de Bem-Estar altamente desenvolvidos do Ocidente, ocorre um processo duplo: de um lado, a luta pelo “pão de cada dia” — em com-

paração com a subsistência material até a primeira metade do século XX e com o Terceiro Mundo, ameaçado pela fome — deixa de ter a urgência de um problema básico que lança sombra sobre tudo o mais. Em lugar da fome, surgem, para muitas pessoas, os “problemas” do “excesso de peso” (sobre o problema da “nova pobreza”, ver pp. 133 ss.). Deste modo, porém, o processo de modernização é privado de seu fundamento de legitimidade até então vigente: o combate à miséria gritante, em razão do qual se dispunha a arcar com certos efeitos colaterais (já não inteiramente) imprevistos.

Paralelamente, dissemina-se a consciência de que as fontes de riqueza estão “contaminadas” por “ameaças colaterais”. Isto, de forma alguma, é algo novo, mas passou despercebido por muito tempo em meio aos esforços para superar a miséria. Essa página negra, além do mais, ganha em importância com o superdesenvolvimento das forças produtivas. No processo de modernização, cada vez mais forças *destrutivas* também acabam sendo desencadeadas, em tal medida que a imaginação humana fica desconcertada diante delas. Ambas as fontes alimentam uma crescente crítica da modernização, que, ruidosa e conflitivamente, define os rumos das discussões públicas.

Argumentando sistematicamente, cedo ou tarde na história social começam a convergir na continuidade dos processos de modernização as situações e os conflitos sociais de uma sociedade “que distribui riqueza” com os de uma sociedade “que distribui riscos”. Na República Federal, encontramos — esta é minha tese —, pelo menos desde os anos setenta, no início dessa transição. Quer dizer: sobrepõem-se aqui ambos os tipos de temas e conflitos. *Ainda não* vivemos numa sociedade de risco, mas *tampouco somente* em meio a conflitos distributivos das sociedades da escassez. Na medida em que essa transição se consuma, chega-se então, com efeito, a uma transformação social que se distancia das categorias e trajetórias habituais de pensamento e ação.

O conceito de risco tem realmente a importância socio-histórica que lhe é aqui assinalada? Não se trata de um fenômeno originário de qualquer ação humana? Não serão os riscos justamente uma marca da era industrial, em relação à qual deveriam ser nesse caso isolados? É certo que os riscos não são uma invenção moderna. Quem — como Colombo — saiu em busca de novas terras e continentes por descobrir assumiu riscos. Estes eram, porém, riscos *pessoais*, e não situações de ameaça global, como as que surgem para toda a humanidade com a fissão nuclear ou com o acúmulo de lixo nuclear. A palavra “risco” tinha, no contexto daquela época, um tom de ousadia e aventura, e não o da possível autodestruição da vida na Terra.

Também as florestas são desmatadas há muitos séculos — inicialmente através de sua conversão em pastos e em seguida através da exploração in-

consequente da madeira. Mas o desmatamento contemporâneo acontece *globalmente* — e na verdade como consequência *implícita* da industrialização — com consequências sociais e políticas inteiramente diversas. São afetados, por exemplo, também e especialmente países com ampla cobertura florestal (como Noruega e Suécia), que sequer dispõem de muitas indústrias poluentes, mas que têm de pagar pelas emissões de poluentes de outros países altamente industrializados com a extinção de florestas, plantas e animais.

Há relatos de que marujos que caíam no Tâmsa no século XIX morriam não afogados, mas intoxicados pelos vapores e gases tóxicos dessa cloaca londrina. Também um passeio pelos becos estreitos de uma cidade medieval deveria ser o equivalente de ter o nariz açoitado. “Os excrementos acumulam-se por toda a parte, nas ruas, ao pé das cancelas, nas carruagens [...] As fachadas das casas parisienses são carcomidas pela urina [...] A constipação socialmente organizada ameaça envolver Paris inteira num processo de asquerosa dissolução” (A. Corbin, Berlim, 1984, pp. 41 ss.). É de se notar, porém, que as ameaças de então, à diferença das atuais, agastavam somente o nariz ou os olhos, sendo portanto sensorialmente perceptíveis, enquanto os riscos civilizatórios atuais tipicamente escapam à percepção, ficando pé sobretudo na esfera das fórmulas físico-químicas (por exemplo, toxinas nos alimentos ou a ameaça nuclear). Uma outra diferença está relacionada a esse caso. Naquela época, elas podiam ser atribuídas a uma *sub*provisão de tecnologia higiênica. Hoje, elas têm sua causa numa *super*produção industrial. Os riscos e ameaças atuais diferenciam-se, portanto, de seus equivalentes medievais, com frequência semelhantes por fora, fundamentalmente por conta da *globalidade* de seu alcance (ser humano, fauna, flora) e de suas causas *modernas*. São riscos da modernização. São um *produto de série* do maquinário industrial do progresso, sendo *sistematicamente* agravados com seu desenvolvimento ulterior.

Os riscos do desenvolvimento industrial são certamente tão antigos quanto ele mesmo. A pauperização de grande parte da população — o “risco da pobreza” — prendeu a respiração do século XIX. “Riscos de qualificação” e “riscos à saúde” já são há muito tema de processos de racionalização e de conflitos sociais, salvaguardas (e pesquisas) a eles relacionados. Mesmo assim, aos riscos que em seguida serão abordados em detalhe e que há alguns anos inquietam o público corresponde uma nova característica. No que diz respeito à comoção que produzem, eles já não estão vinculados ao lugar em que foram gerados — a fábrica. De acordo com seu feitio, eles ameaçam *a vida* no planeta, sob *todas* as suas formas. Comparados com isto, os riscos profissionais da industrialização primária pertencem a uma outra era. Os

perigos das forças produtivas químicas e atômicas altamente desenvolvidas suspendem os fundamentos e categorias nos quais nos apoiávamos até então para pensar e agir — espaço e tempo, trabalho e ócio, empresa e Estado Nacional, até mesmo as fronteiras entre blocos militares e continentes.

A arquitetura social e a dinâmica política de tais potenciais de autoameaça civilizatória são o mais importante aqui. A argumentação pode ser antecipada em *cinco teses*:

(1) Riscos, da maneira como são produzidos no estágio mais avançado do desenvolvimento das forças produtivas — refiro-me, em primeira linha, à radioatividade, que escapa completamente à percepção humana imediata, mas também às toxinas e poluentes presentes no ar, na água e nos alimentos e aos efeitos de curto e longo prazo deles decorrentes sobre plantas, animais e seres humanos —, diferenciam-se claramente das riquezas. Eles desencadeiam danos sistematicamente definidos, por vezes *irreversíveis*, permanecem no mais das vezes fundamentalmente *invisíveis*, baseiam-se em *interpretações causais*, apresentam-se portanto tão somente no *conhecimento* (científico ou anticientífico) que se tenha deles, podem ser alterados, diminuídos ou aumentados, dramatizados ou minimizados no âmbito do conhecimento e estão, assim, em certa medida, *abertos a processos sociais de definição*. Dessa forma, instrumentos e posições da definição dos riscos tornam-se posições-chave em termos sociopolíticos.

(2) Com a distribuição e o incremento dos riscos, surgem *situações sociais de ameaça*. Estas acompanham, na verdade, em algumas dimensões, a desigualdade de posições de estrato e classe sociais, fazendo valer entretanto uma lógica distributiva substancialmente distinta: os riscos da modernização cedo ou tarde acabam alcançando aqueles que os produziram ou que lucraram com eles. Eles contêm um *efeito bumerangue*, que implode o esquema de classes. Tampouco os ricos e poderosos estão seguros diante deles. Isto não apenas sob a forma de ameaças à saúde, mas também como ameaças à legitimidade, à propriedade e ao lucro: com o reconhecimento social de riscos da modernização estão associadas desvalorizações e desapropriações ecológicas, que incidem múltipla e sistematicamente a contrapelo dos interesses de lucro e propriedade que impulsionam o processo de industrialização. Ao mesmo tempo, os riscos produzem *novos desníveis internacionais*, de um lado entre o Terceiro Mundo e os países industriais, de outro lado entre os próprios países industriais. Eles esquivam-se à estrutura de competências do Estado Nacional. Diante da universalidade e da supranacionalidade do fluxo de poluentes, a vida da folha de grama na floresta bávara passa a depender da assinatura e implementação de acordos internacionais.

(3) Ainda assim, a expansão e a mercantilização dos riscos de modo algum rompem com a lógica capitalista de desenvolvimento, antes elevando-a a um novo estágio. Riscos da modernização são *big business*. Eles são as necessidades insaciáveis que os economistas sempre procuraram. A fome pode ser saciada, necessidades podem ser satisfeitas, mas os riscos civilizatórios são um *barril de necessidades sem fundo*, interminável, infinito, autoproduzível. Com os riscos — poderíamos dizer com Luhmann —, a economia torna-se “*autorreferencial*”, independente do ambiente da satisfação das necessidades humanas. Isto significa, porém: com a canibalização econômica dos riscos que são desencadeados através dela, a sociedade industrial produz as situações de ameaça e o potencial político da sociedade de risco.

(4) Riquezas podem ser *possuídas*; em relação aos riscos, porém, somos *afetados*; ao mesmo tempo, eles são *atribuídos* em termos civilizatórios. Dito de forma hiperbólica e esquemática: em situações relativas a classe ou camada social, a consciência é determinada pela existência, enquanto, nas situações de ameaça, *é a consciência que determina a existência*. O conhecimento adquire uma nova relevância política. Consequentemente, o potencial político da sociedade de risco tem de se desdobrar e ser analisado numa sociologia e numa teoria do surgimento e da disseminação do *conhecimento sobre os riscos*.

(5) Riscos socialmente reconhecidos, da maneira como emergem claramente, pela primeira vez, no exemplo das discussões em torno do desmantamento, contêm um peculiar ingrediente político explosivo: aquilo que até há pouco *era tido por apolítico torna-se político* — o *combate às “causas” no próprio processo de industrialização*. Subitamente, a esfera pública e a política passam a reger na intimidade do gerenciamento empresarial — no planejamento de produtos, na equipagem técnica etc. Torna-se exemplarmente claro, nesse caso, do que realmente se trata a disputa definitiva em torno dos riscos: não apenas dos problemas de saúde resultantes para a natureza e o ser humano, mas dos *efeitos colaterais sociais, econômicos e políticos desses efeitos colaterais*: perdas de mercado, depreciação do capital, controles burocráticos das decisões empresariais, abertura de novos mercados, custos astronômicos, procedimentos judiciais, perda de prestígio. Emerge assim na sociedade de risco, em pequenos e em grandes saltos — em alarmes de níveis intoleráveis de poluição, em casos de acidentes tóxicos etc. —, o *potencial político das catástrofes*. Sua prevenção e seu manejo podem acabar envolvendo uma *reorganização do poder e da responsabilidade*. A sociedade de risco é uma sociedade *catastrófica*. Nela, o estado de exceção ameaça converter-se em normalidade.

I. DISTRIBUIÇÃO DE POLUENTES DE ACORDO COM AS CIÊNCIAS NATURAIS E SITUAÇÕES SOCIAIS DE AMEAÇA

A discussão em torno do teor de poluentes e toxinas no ar, na água e nos alimentos, assim como em torno da destruição da natureza e do meio ambiente em geral, ainda é exclusiva ou predominantemente conduzida de acordo com categorias e fórmulas das ciências *naturais*. Desse modo, permanece incógnito o fato de que é inerente às “fórmulas de pauperização” das ciências naturais uma relevância social, cultural e política. Em decorrência, persiste o perigo de que uma discussão ambiental conduzida de acordo com categorias químico-biológico-técnicas acabe sendo involuntariamente levada em consideração pelas pessoas unicamente como um mero *dispositivo orgânico*. Desse modo, porém, ela é ameaçada pela sobreposição do equívoco oposto ao equívoco pelo qual ela, com razão, repreendia o renitente otimismo com o progresso industrial: atrofiar-se numa discussão da natureza *sem* ser humano, sem questionar seu sentido social e cultural. Foram justamente as discussões da última década, nas quais todo o arsenal de argumentos críticos em relação à tecnologia e à indústria se viu novamente expandido e representado, que permaneceram essencialmente *tecnocráticas* e *naturalistas*. Elas esgotam-se na comutação e invocação de substâncias tóxicas no ar, na água e nos alimentos, coeficientes de crescimento demográfico, consumo de energia, carências alimentares, insuficiência de matérias-primas etc., com um tal ardor e incontrastabilidade, como se jamais tivesse havido alguém — um certo Max Weber, por exemplo — que houvesse perdido seu tempo demonstrando que, sem a integração das estruturas sociais de poder e de distribuição, das burocracias, das normas e racionalidades vigentes, isto tudo seria vazio ou absurdo, ou provavelmente ambas as coisas. Furtivamente, insinuou-se uma concepção segundo a qual a modernidade é reduzida ao arcabouço da tecnologia e da natureza no sentido de perpetrador e vítima. Assim abordada, escapam a essa ideia (também típica do movimento ambientalista) os conteúdos e consequências sociais, políticos e culturais dos riscos da modernização.

Ilustremos com um exemplo. O conselho de especialistas para questões ambientais afirma em seu laudo que “no leite materno são frequentemente encontrados beta-hexaclorociclohexano, hexaclorobenzeno e DDT em concentrações consideráveis” (Rat der Sachverständigen für Umweltfragen, 1985, p. 33). Essas toxinas estão presentes em pesticidas que, nesse ínterim, já foram retirados de circulação. Sua origem seria inexplicável (*ibid.*). Em outra passagem, afirma-se: “a exposição da população ao chumbo é, na média, inofensiva” (p. 35). O que se esconde por trás disto? Talvez — por analogia

— a seguinte distribuição: dois homens têm duas maçãs. Um come ambas. Logo, *na média*, cada um comeu uma. Adaptada à distribuição de alimentos em escala mundial, essa afirmação significaria: “na média”, todos os seres humanos na Terra estão bem alimentados. O cinismo é evidente nesse caso. Numa parte do planeta, as pessoas morrem de fome, na outra, os efeitos decorrentes da sobrenutrição acabaram por se transformar num ônus de primeira ordem. Pode ser que em relação a poluentes e toxinas essa afirmação *não* seja cínica. Que, portanto, a exposição *média* também seja a exposição *real* de *todos* os grupos populacionais. Porém, temos certeza? Não será necessário, ao menos para que essa afirmação seja defensável, saber quantas toxinas mais as pessoas serão obrigadas a inalar e ingerir? Surpreendente é a *naturalidade* com que se demanda pela “média”. Quem demanda a média já está desse modo excluindo as situações socialmente desiguais de ameaça. Mas é justamente disto que não se tem certeza? Existem talvez condições de vida e grupos para os quais um teor de chumbo-e-todo-o-resto “na média inofensivo” represente um *risco de vida*?

A frase seguinte do laudo afirma: “somente nos arredores de emissores industriais são encontradas por vezes concentrações críticas de chumbo entre as crianças”. Neste, assim como em outros laudos de impactos ambientais e de contaminação, o que se destaca não é apenas a ausência de todo tipo de diferenciação social. Destaca-se também *o modo como* se diferencia: numa perspectiva *regional* em relação à origem das emissões e de acordo com diferenças *etárias* — ambos critérios que se assentam numa concepção *biológica* (ou mais amplamente: das ciências naturais). Isto não é de responsabilidade exclusiva das equipes de inspeção. Corresponde unicamente ao pensamento científico e social geral em relação aos problemas ambientais. Estes são amplamente considerados como uma questão de natureza e tecnologia, economia e medicina. O que surpreende nesse caso é o seguinte: o impacto ambiental da indústria e a destruição da natureza, que, com seus diversos efeitos sobre a saúde e a convivência das pessoas, surgem originalmente nas sociedades altamente desenvolvidas, são marcados por um *déficit do pensamento social*. Soma-se a esse déficit o grotesco: ninguém se dá conta dessa ausência — sequer os próprios sociólogos.

Questiona-se e examina-se a distribuição de poluentes, toxinas, impacto sobre a água, o ar, o solo, os alimentos etc. Os resultados, regionalmente diferenciados, são expostos ao público apavorado em “mapas ambientais” coloridos. Enquanto a situação do meio ambiente tiver de ser apresentada assim, essa forma de representação e de consideração será evidentemente adequada. Enquanto forem extraídas daí *consequências para as pessoas*, a

concepção de fundo entrará em *curto-circuito*: ou bem se presume abrangentemente que *todas* as pessoas — independente de renda, educação, profissão e dos respectivos hábitos e possibilidades de alimentação, habitação e lazer — são igualmente expostas nos centros regionais de contaminação averiguados; ou então, em última instância, deixam-se inteiramente de lado as pessoas e o alcance de sua preocupação, tratando-se então unicamente das substâncias tóxicas, de seus efeitos e de sua distribuição regional.

Como consequência, a discussão sobre substâncias tóxicas, conduzida com categorias das ciências naturais, move-se entre a falácia de preocupações biológicas e sociais ou uma consideração da natureza e do meio ambiente que deixa de lado a preocupação seletiva das pessoas, assim como os significados sociais e culturais que elas lhe imputam. Ao mesmo tempo, continua-se a desconsiderar o fato de que *as mesmas* substâncias tóxicas podem ter um significado inteiramente distinto para pessoas *distintas*, conforme a idade, o sexo, os hábitos alimentares, o tipo de trabalho, os níveis de informação e educação etc.

Um problema especialmente grave é que investigações voltadas unicamente a substâncias tóxicas isoladas jamais podem dar conta das concentrações tóxicas *no ser humano*. Aquilo que pode parecer “inofensivo” num produto isolado talvez seja consideravelmente grave no “reservatório do consumidor final”, algo em que o ser humano acabou por se converter no estágio avançado da mercantilização total. Trata-se, nesse caso, de uma *falácia categorial*: uma análise de toxicidade que tome por base a natureza de forma geral ou produtos isolados não tem condições de responder à questão da inocuidade, de todo modo não enquanto “gravidade” ou “inocuidade” tiverem algo a ver com as pessoas que ingerem ou aspiram a substância (ver com mais detalhe pp. 77 ss.). É sabido que a ingestão de vários medicamentos pode anular ou reforçar o efeito de cada um deles. Mas é sabido que (ainda) nem só de vários medicamentos vive o ser humano. Ele também inspira as substâncias tóxicas do ar, bebe as da água, come as dos alimentos etc. Em outras palavras: as inocuidades acumulam-se consideravelmente. Tornam-se elas desse modo — como é o caso comum das adições de acordo com as regras da matemática — sempre mais inócuas?

2. DA DEPENDÊNCIA COGNITIVA DOS RISCOS DA MODERNIZAÇÃO

Riscos, assim como riquezas, são objeto de distribuição, constituindo igualmente posições — posições de *ameaça* ou posições de *classe*. Trata-se,

entretanto, tanto num como noutro caso, de um bem completamente distinto e de uma outra controvérsia em torno de sua distribuição. No caso das riquezas sociais, trata-se de bens de consumo, renda, oportunidades educacionais, propriedade etc., como bens escassos cobiçados. Em contraste, as ameaças são um *subproduto* modernizacional de uma *abundância a ser evitada*. Cabe ou erradicá-la ou então negá-la, reinterpretando-a. A *lógica positiva da apropriação* é assim confrontada por uma *lógica negativa do afastamento pela distribuição*, rejeição, negação e reinterpretação.

Enquanto renda, educação etc. forem para o indivíduo bens consumíveis, tangíveis, a existência e a distribuição de ameaças e riscos serão *mediadas de modo invariavelmente argumentativo*. Aquilo que prejudica a saúde e destrói a natureza é frequentemente indiscernível à sensibilidade e aos olhos de cada um e, mesmo quando pareça evidente a olhos nus, exigirá, segundo a configuração social, o juízo comprovado de um especialista para sua asserção “objetiva”. Muitos dos novos riscos (contaminações nucleares ou químicas, substâncias tóxicas nos alimentos, enfermidades civilizacionais) escapam inteiramente à capacidade perceptiva humana imediata. Cada vez mais estão no centro das atenções ameaças que com frequência não são nem visíveis nem perceptíveis para os afetados, ameaças que, possivelmente, sequer produzirão efeitos durante a vida dos afetados, e sim na vida de seus descendentes, em todo caso ameaças que exigem os “órgãos sensoriais” da ciência — *teorias, experimentos, instrumentos de medição* — *para que possam chegar a ser “visíveis” e interpretáveis como ameaças*. O paradigma dessas ameaças são os efeitos mutagênicos da radioatividade, que, imperceptíveis para os afetados, acabam — como mostra o caso do acidente do reator de Harrisburg — por submetê-los inteiramente, sob enormes sobrecargas nervosas, ao juízo, aos equívocos e às controvérsias dos especialistas.

Agregando o dissociado: suposições de causalidade

Essa dependência cognitiva e invisibilidade das situações de ameaça civilizacional não bastam, contudo, para sua definição conceitual; elas já contêm em si novos componentes. Declarações a respeito de ameaças jamais são redutíveis a meras declarações de fato. Constitutivamente, elas englobam tanto um componente *teórico* quanto um *normativo*. A constatação de “consideráveis concentrações de chumbo nas crianças” ou de “agentes pesticidas no leite materno” não chega a ser, *como tal*, uma situação de ameaça civilizacional, não mais que a concentração de nitrato nos rios ou o teor de dióxido de enxofre no ar. É preciso que se adicione uma explicação causal

que faça com que isto seja visto como produto do modo de produção industrial, como efeito colateral sistemático de processos de modernização. Nos riscos socialmente reconhecidos, portanto, são previstos os atores e as instâncias do processo de modernização, com todos os seus interesses parciais e dependências, e colocados numa relação direta, concatenada segundo o modelo de causa e efeito, com ameaças e fenômenos nocivos inteiramente alheios no que diz respeito à dimensão social, de conteúdo, espacial ou temporal. A mulher que, em seu apartamento de três cômodos num subúrbio de Neuperlach, amamenta seu pequeno Martin de três meses de idade encontra-se desse modo numa “relação imediata” com a indústria química, que fabrica pesticidas, com os agricultores, que se veem obrigados, em razão das diretrizes agrícolas da Comunidade Europeia, a recorrer à produção massiva especializada e à sobrefertilização, e por aí afora. Até onde se podem ou devem buscar efeitos colaterais é algo que continua em grande medida incerto. Até mesmo na carne de pinguins antárticos foi encontrada recentemente uma superdose de DDT.

Esses exemplos mostram duas coisas: primeiro, que riscos da modernização emergem ao mesmo tempo vinculados espacialmente e *desvinculadamente com um alcance universal*; e segundo, quão *incalculáveis e imprevisíveis* são os intrincados caminhos de seus efeitos nocivos. Nos riscos da modernização, portanto, algo que se encontra contudístico-objetiva, espacial e temporalmente apartado acaba sendo causalmente congregado e, desse modo, além do mais, colocado simultaneamente numa relação de responsabilidade social e jurídica. Suposições causais, no entanto, por definição escapam — como desde Hume já sabemos — à percepção. Elas são teoria. Sempre têm de ser conceitualmente adicionadas, presumidas como verdadeiras, acreditadas. Também nesse sentido os riscos são invisíveis. A causalidade suposta segue sendo algo mais ou menos incerto e provisório. Trata-se, nesse sentido, também no que diz respeito à consciência cotidiana do risco, de uma consciência *teórica* e portanto *cientificizada*.

Ética implícita

Tampouco é suficiente essa concatenação causal daquilo que está institucionalmente apartado. Riscos vividos pressupõem um *horizonte normativo* de certeza perdida, confiança violada. Desse modo, os riscos, mesmo quando irrompem calados, encobertos por cifras e fórmulas, continuam a estar em princípio *vinculados espacialmente*, como a condensação matemática de visões danificadas da vida digna de ser vivida. Por sua vez, estes precisam ser

acreditados, isto é, não são tangíveis *por conta própria*. Riscos são, nesse sentido, imagens negativas objetivamente empregadas de utopias nas quais o elemento humano, ou aquilo que dele restou, é conservado e revivido no processo de modernização. Apesar de toda a desfiguração, não se pode afinal evitar que esse horizonte normativo, no qual o que há de arriscado no risco começa a se fazer visível, seja tematizado e experimentado. Por trás de todas as reificações, cedo ou tarde emerge a questão da *aceitação* e, com ela, a velha nova questão: *como queremos viver?* O que há de humano no ser humano, de natural na natureza, que é preciso proteger? Nesse sentido, o propalado discurso da “catástrofe” é a expressão exagerada, radicalizada, objetivante de que tal processo *não é desejado*.

Essas velhas-novas questões — o que é o ser humano? como seguir adiante com a natureza? — podem ser jogadas para lá e para cá entre o cotidiano, a política e a ciência. No estágio mais avançado do processo civilizatório, elas voltam a gozar de prioridade na ordem do dia — também ou *justamente* nos momentos em que se revistam com a camuflagem das fórmulas matemáticas e das controvérsias metodológicas. Constatações de risco são a forma sob a qual ressurgem — *nos* centros da modernização — na economia, nas ciências naturais, nas disciplinas técnicas a ética e, com ela, também a filosofia, a cultura e a política. Constatações de risco são uma ainda desconhecida e subdesenvolvida simbiose de ciências naturais e humanas, de racionalidade cotidiana e especializada, de interesse e fato. Ao mesmo tempo, não são nem apenas uma e nem apenas a outra coisa. São ambas e sob uma nova forma. Já não se podem mais especializar, isolar uma da outra, desenvolvendo e fixando seus próprios padrões de racionalidade. Pressupõem uma colaboração para além das trincheiras de disciplinas, grupos comunais, empresas, administração e política, ou então — o que é mais provável — acabam por explodir em meio a esses polos em definições contrapostas e *lutas em torno das definições*.

Racionalidade científica e social

Reside aqui a consequência fundamental e decisiva: nas definições de risco, *quebra-se o monopólio de racionalidade das ciências*. Existem sempre pretensões, interesses e pontos de vista concorrentes e conflitivos dos distintos atores da modernização e grupos de afetados, que acabam sendo forçosamente agregados nas definições de risco, no sentido de causa e efeito, autores e prejudicados. Muitos cientistas certamente põem mãos à obra com todo o ímpeto e a paixão de sua racionalidade objetiva, seus esforços ob-

jetivantes aumentam como que proporcionalmente ao teor político de suas definições. Mas, na essência de seu trabalho, eles continuam a depender de expectativas e valorações *sociais* que, como tais, *lhes são prescritas*: onde e como devem ser traçadas as fronteiras entre as sobrecargas que *ainda e já não mais* serão acumuladas? Qual a margem de negociação no que diz respeito aos parâmetros que para tanto se pressupõem? Deve ser levada em conta, por exemplo, a possibilidade de uma catástrofe ecológica para contemplar interesses econômicos? O que são necessidades, o que são *supostas* necessidades e o que são necessidades *a serem modificadas*?

A pretensão de racionalidade das ciências de determinar *objetivamente* o teor de risco do risco refuta-se a si mesma permanentemente: ela baseia-se, por um lado, num *castelo de cartas de conjecturas especulativas* e move-se unicamente no quadro de *asserções de probabilidade*, cujos prognósticos de segurança não podem, a bem da verdade, ser refutados sequer por acidentes *reais*. Por outro lado, é preciso ter assumido um ponto de vista *axiológico* para chegar a poder falar de riscos com alguma propriedade. Constatações de risco *baseiam-se em possibilidades* matemáticas e interesses sociais, mesmo e justamente quando se revestem de certeza técnica. Ao ocuparem-se com riscos civilizacionais, as ciências sempre acabaram por abandonar sua base de lógica experimental, contraindo um casamento polígamo com a economia, a política e a ética — ou mais precisamente: elas convivem numa espécie de “concupinato não declarado”.

Essa heteronomia oculta na pesquisa sobre o risco acaba por revelar-se como um problema justamente por conta da contínua pretensão dos cientistas ao monopólio da racionalidade. Os estudos de segurança de reatores limitam-se à estimativa de determinados riscos *quantificáveis* em razão de acidentes *prováveis*. A dimensionalidade do risco é, portanto, de saída reduzida à *manuseabilidade técnica*. Para amplos setores da população e para os opositores da energia nuclear é, ao contrário, precisamente o *potencial catastrófico* da energia nuclear que está no centro da questão. Mesmo uma probabilidade de acidentes tão reduzida é alta demais quando *um* acidente significa extermínio. Com algum recuo, especificidades do risco desempenham nas discussões públicas um papel que sequer é abordado nos estudos sobre o risco, como por exemplo a proliferação de armas nucleares, a contradição entre humanidade (equivoco, fracasso) e segurança, longo prazo e irreversibilidade das decisões tomadas envolvendo grandes tecnologias e que colocam em jogo a vida das futuras gerações. Em outras palavras, tornam-se evidentes nas discussões de risco as fissuras e trincheiras entre racionalidade *científica e social ao lidar com* os potenciais de ameaça civilizacional. Todos

ignoram-se mutuamente. De um lado, são colocadas questões que sequer chegam a ser respondidas pelos outros, enquanto, de outro lado, são oferecidas respostas e perguntas que, *desse modo*, sequer chegam ao fulcro daquilo que na verdade foi perguntado e que aviva os temores.

É certo que racionalidade científica e racionalidade social se distanciam uma da outra, mas ao mesmo tempo seguem interpoladas e referidas de múltiplas maneiras uma na outra. Rigorosamente falando, a própria diferenciação torna-se cada vez menos possível. O envolvimento científico com riscos do desenvolvimento industrial continua igualmente a referir-se a horizontes axiológicos e expectativas sociais, da mesma forma como, inversamente, a discussão e percepção sociais dos riscos em relação aos argumentos científicos. Ao mesmo tempo, a pesquisa sobre o risco acompanha ruborizada os rastros de questionamento da “tecnofobia”, para cuja contenção foi convocada e por conta do qual, aliás, ela experimentou nos últimos anos um inesperado fomento material. A crítica e a inquietação pública vivem fundamentalmente da dialética da perícia e da contraperícia. *Sem* argumentos científicos e crítica anticientífica de argumentos científicos, ela fica *apática*, ou pior: pode mesmo nem chegar a perceber o objeto e o procedimento, no mais das vezes “invisíveis”, de sua crítica e de seus temores. Para parafrasear uma expressão célebre: racionalidade científica sem racionalidade social fica *vazia*, racionalidade social sem racionalidade científica, *cega*.

Não se esboçará dessa forma uma imagem de harmonia universal. Ao contrário: trata-se de múltiplas pretensões de racionalidade concorrentes e conflitivas rivalizando por validade. Tanto num como noutro caso, são coisas distintas que se destacam, que são variavelmente definidas ou mantidas constantes. Se num dos casos o primado de transformação reside no modo de produção industrial, no outro caso residirá no manuseio tecnológico das probabilidades de acidentes, e por aí afora.

Diversidade definitória: cada vez mais riscos

O conteúdo teórico e o referencial axiológico dos riscos condicionam outros componentes: a *conflitiva pluralização e diversidade definitória de riscos civilizacionais* observável. Atinge-se, por assim dizer, uma superprodução de riscos, que em parte se relativizam, em parte se complementam, em parte invadem o terreno uns dos outros. Cada ponto de vista interessado procura armar-se com definições de risco, para poder dessa maneira rechaçar os riscos que ameacem seu bolso. Ameaças ao solo, à flora, ao ar, à água e à fauna ocupam uma posição especial nessa luta de todos contra todos em torno das

definições de risco mais lucrativas, na medida em que dão espaço ao *bem comum* e às vozes daqueles que não têm voz própria (talvez só mesmo direitos eleitorais ativos e passivos estendidos às gramíneas e minhocas serão capazes de trazer as pessoas à razão). No que diz respeito aos referenciais dos riscos em termos de valores e interesses, tal pluralização é evidente: alcance, urgência e existência de riscos oscilam com a diversidade de valores e interesses. É menos claro se isto também afeta a interpretação do conteúdo dos riscos.

O nexó causal que se produz nos riscos entre as influências daninhas atuais ou potenciais e o sistema de produção industrial introduz uma diversidade quase infinita de interpretações específicas. No fundo, pelo menos a título experimental, pode-se relacionar tudo com tudo, decerto enquanto o modelo básico — modernização como causa, dano como efeito colateral — for mantido. Muito não poderá ser corroborado. E mesmo o já corroborado terá de se afirmar contra dúvidas sistemáticas e permanentes. Todavia, o essencial é que, mesmo em meio à imensa profusão de possibilidades interpretativas, são invariavelmente condições *isoladas* que são relacionadas umas às outras. Destaquemos o desmatamento. Enquanto o besouro-do-pinheiro, o esquilo ou o guarda florestal de plantão eram considerados como causas ou culpados, aparentemente não se tratava ainda de um “risco da modernização”, e sim de uma sacudidela na gestão econômica das florestas ou de voracidade animal.

Abre-se uma arena inteiramente distinta de causas e culpados quando um tal erro de diagnóstico tipicamente local, que sempre precisa ser conflitivamente ultrapassado pelos riscos no caminho de seu reconhecimento, é finalmente superado e o desmatamento é percebido e reconhecido como um efeito da *industrialização*. Somente então é que passa a ser um problema que exige soluções de longo prazo, sistemicamente definidas, que não mais sejam revogáveis no nível local, mas que sejam antes *políticas*. Uma vez que uma tal mudança de perspectiva se tenha verificado, surge uma nova infinidade de possibilidades: é o dióxido de enxofre, o nitrogênio, seus compostos foto-oxidantes, os hidrocarbonetos ou qualquer outra coisa que ainda hoje nos é completamente desconhecida o que afinal nos presenteia com esse derradeiro e eterno outono — com a queda das folhas? Essas fórmulas químicas apenas aparentam responder por si mesmas. Por trás delas, são empresas, setores industriais, grupos econômicos, científicos e profissionais que entram na linha de fogo da crítica pública. Pois toda “causa” socialmente reconhecida submete-se a uma enorme demanda de mudança, e junto com ela o sistema de ação no qual ela surgiu. Mesmo quando essa pressão pública é rechaçada, reduzem-se as vendas, perdem-se mercados, a “confiança” dos consu-

midores precisa ser reconquistada e reassegurada por meio de grandes e caras campanhas publicitárias. É o automóvel o atual “maculador nacional” e, em decorrência, o verdadeiro “desmatador”? Ou é preciso finalmente instalar nas termoeletricas filtros de dessulfurização e de desnitrificação de qualidade e em sintonia com os padrões técnicos mais modernos? Ou então isto talvez de nada sirva, visto que o poluente que mata a floresta nos é trazido pelos mais diversos ventos das chaminés e canos de escape dos países vizinhos, sendo entregue, sem cobrar frete, “na porta (ou na árvore) de casa”?

Para onde quer que aponte o holofote que rastreia causas, irrompe o fogo, por assim dizer; é preciso que os “bombeiros argumentativos”, rapidamente mobilizados e parcamente equipados, apaguem e salvem, com um forte jato de contrainterpretação, o que ainda der para apagar e salvar. Quem quer que subitamente se veja exposto no pelourinho da produção de riscos, acabará refutando, na medida do possível, com uma “contra-ciência” paulatinamente institucionalizada em termos empresariais, os argumentos que o prendem ao pelourinho, trazendo outras causas e portanto outros réus à tona. A imagem diversifica-se. O acesso à mídia torna-se crucial. A incerteza no interior da indústria aprofunda-se: ninguém sabe quem será o próximo sob o holofote da moral ecológica. Bons argumentos, ou pelo menos argumentos capazes de se impor publicamente, convertem-se em condição prévia do sucesso profissional. Os artesãos da esfera pública, os “carpinteiros argumentativos”, têm sua grande chance profissional.

Correntes causais e circuitos daninhos: a ideia de sistema

Para dizer expressamente uma vez mais: todos esses efeitos produzem-se independentemente do quão sólidas pareçam as interpretações causais a partir de uma dada perspectiva científica. No mais das vezes, as opiniões a respeito no interior das ciências e das áreas em questão distanciam-se consideravelmente. *O efeito social das definições de risco não depende portanto de sua solidez científica.*

Sem embargo, essa diversidade interpretativa tem seu fundamento na própria lógica dos riscos da modernização. Para concluir, procuraremos relacionar aqui os efeitos nocivos com fatores específicos dificilmente isoláveis no complexo sistema do modo de produção industrial. A interdependência sistêmica dos altamente especializados atores da modernização na economia, na agricultura, no direito e na política corresponde à ausência de causas específicas e responsabilidades isoláveis: é a agricultura que contamina o solo ou os agricultores são apenas o elo mais fraco na corrente dos circuitos da-

ninhos? Serão eles apenas mercados dependentes e subalternos para as vendas da indústria química de rações e fertilizantes, sendo nesse caso necessário empregar a enxada para uma prudente descontaminação dos solos? Mas as autoridades poderiam há muito ter proibido ou drasticamente limitado a venda de venenos. Contudo, não o fazem. Ao contrário: com o apoio da ciência, constantemente concedem patentes para “inofensivas” produções de veneno, que cada vez mais afetam mais do que apenas os nossos rins. Estará o mico preto, portanto, no meio da selva de autoridades, ciência e política? Mas elas, afinal de contas, não cultivam o solo. Então é mesmo dos agricultores a culpa? Mas eles acabaram sendo espremidos pela pinça da Comunidade Europeia, tendo de promover uma superprodução com uso intensivo de fertilizantes para poderem, por sua vez, sobreviver economicamente...

Em outras palavras: a altamente diferenciada divisão do trabalho implica uma cumplicidade geral e esta, por sua vez, uma irresponsabilidade generalizada. Todos são causa e efeito, e portanto uma *não* causa. As causas esfrelam-se numa vicissitude generalizada de atores e condições, reações e contrarreações. Isto confere evidência social e popularidade à ideia sistêmica.

Desse modo, evidencia-se exemplarmente onde reside a importância biográfica da ideia sistêmica: *pode-se fazer algo e continuar a fazê-lo sem ter de responder pessoalmente por isto*. Atua-se, por assim dizer, à própria revelia. Atua-se fisicamente, sem que se atue moral e politicamente. O outro generalizado — o sistema — atua em e através de cada um: esta é a moral civilizacional do escravo, segundo a qual se atua social e pessoalmente como se estivéssemos sob o jugo de um destino natural, da “lei universal da queda livre” do sistema. É dessa maneira que se joga, diante do iminente desastre ecológico, o “jogo do mico preto”.

O teor de risco: o ainda-não evento que desencadeia a ação

Riscos não se esgotam, contudo, em efeitos e danos já ocorridos. Neles, exprime-se sobretudo um componente *futuro*. Este baseia-se em parte na extensão futura dos danos atualmente previsíveis e em parte numa perda geral de confiança ou num suposto “amplificador do risco”. Riscos têm, portanto, fundamentalmente que ver com antecipação, com destruições que ainda não ocorreram mas que são iminentes, e que, justamente nesse sentido, já são reais hoje. Um exemplo a partir do laudo ambiental: o comitê que emite o laudo refere-se ao fato de que as altas concentrações de nitrato decorrentes da fertilização com nitrogênio até o momento infiltrou-se pouco ou sequer chegou a se infiltrar nas camadas profundas dos grandes aquíferos

subterrâneos dos quais extraímos nossa água potável. Elas, em grande medida, decompõem-se no subsolo. Todavia não se sabe ainda como isto ocorre e por quanto tempo ainda ocorrerá. Muitas razões indicam que não se deve, sem mais reservas, projetar no futuro a continuidade do efeito filtrante das camadas protetoras do subsolo. “Teme-se que, após alguns anos ou décadas, as atuais eluviações de nitrato, com um retardamento correspondente à vazão, terão alcançado mesmo os lençóis freáticos mais profundos” (p. 29). Em outras palavras: a bomba-relógio está armada. Nesse sentido, os riscos indicam um futuro que precisa ser evitado.

Em oposição à evidência tangível das riquezas, os riscos acabam implicando algo *irreal*. Num sentido decisivo, eles são simultaneamente *reais e ir-reais*. De um lado, muitas ameaças e destruições já são reais: rios poluídos ou mortos, destruição florestal, novas doenças etc. De outro lado, a verdadeira força social do argumento do risco reside nas *ameaças projetadas no futuro*. São, nesse caso, riscos que, quando quer que surjam, representam destruições de tal proporção que qualquer ação em resposta a elas se torna impossível e que, já como suposição, como ameaça futura, como prognóstico sincreticamente preventivo, possuem e desenvolvem relevância ativa. O núcleo da consciência do risco não está no presente, e sim *no futuro*. Na sociedade de risco, o passado deixa de ter força determinante em relação ao presente. Em seu lugar, entra o futuro, algo todavia inexistente, construído e fictício como “causa” da vivência e da atuação presente. Tornamo-nos ativos hoje para evitar e mitigar problemas ou crises do amanhã ou do depois de amanhã, para tomar precauções em relação a eles — ou então justamente não. Em cálculos modelares, afunilamentos “prognosticados” do mercado de trabalho produzem imediatamente um efeito sobre o comportamento educacional: o desemprego antecipado, iminente é um determinante crucial das condições e posturas de vida atuais; a destruição prognosticada do meio ambiente e a ameaça nuclear colocam a sociedade de sobreaviso e conseguem levar amplos setores da geração jovem às ruas. Na discussão com o futuro, temos portanto de lidar com uma “variável projetada”, com uma “causa projetada” da atuação (pessoal e política) presente, cuja relevância e significado crescem em proporção direta à sua incalculabilidade e ao seu teor de ameaça, e que concebemos (temos de conceber) para definir e organizar nossa atuação presente.

Legitimação: “efeitos colaterais latentes”

Isso pressupõe, além do mais, que os riscos tenham sido bem-sucedidos num processo de reconhecimento social. Contudo, riscos são inicialmente

bens de rejeição, *cuja inexistência é pressuposta até prova em contrário* — de acordo com o princípio: “*in dubio pro progresso*”, e isto quer dizer: na dúvida, deixa estar. Está igualmente associado a isto um modo de legitimação, que se diferencia claramente da distribuição desigual de riquezas sociais. Os riscos podem pois ser legitimados pelo fato de que sua produção não foi *nem prevista, nem desejada*. As situações de ameaça precisam, portanto, na civilização cientificizada, romper o privilégio da tabuização que as cerca e “nascer cientificamente”. Isto ocorre no mais das vezes sob a forma de um “efeito colateral latente”, que ao mesmo tempo admite e legitima a realidade da ameaça. O que não foi previsto tampouco podia ser evitado, tendo-se produzido com a melhor das intenções, revelando-se uma criação problemática, indesejada, sobre cuja aceitação será necessário agora decidir. O raciocínio esquemático do “efeito colateral latente” equivale assim a uma espécie de licença, a um *destino natural* civilizatório, que simultaneamente reconhece, distribui seletivamente e justifica efeitos a serem evitados.

3. RISCOS ESPECÍFICOS DE CLASSE

Tipo, padrão e meios da distribuição de riscos diferenciam-se sistematicamente daqueles da distribuição de riqueza. Isto não anula o fato de que muitos riscos sejam distribuídos de um modo *especificado* pela camada ou pela classe social. A história da distribuição de riscos mostra que estes se atêm, assim como as riquezas, ao esquema de classe — mas de modo inverso: as riquezas acumulam-se em cima, os riscos em baixo. Assim, os riscos parecem *reforçar*, e não revogar, a sociedade de classes. À insuficiência em termos de abastecimento soma-se a insuficiência em termos de segurança e uma profusão de riscos que precisam ser evitados. Em face disto, os ricos (em termos de renda, poder, educação) podem *comprar* segurança e liberdade em relação ao risco. Essa “lei” da distribuição de riscos determinada pela classe social e, em decorrência, do aprofundamento dos contrastes de classe através da concentração de riscos entre os pobres e débeis por muito tempo impôs-se, e ainda hoje se impõe, em relação a algumas dimensões centrais do risco: o risco de tornar-se desempregado é atualmente consideravelmente maior para quem não tem qualificações do que para os que são altamente qualificados. Riscos de sobrecarga, irradiação e contaminação, ligados à execução do trabalho nos correspondentes ramos da indústria, são distribuídos de modo desigual conforme a profissão. São principalmente as vizinhanças mais acessíveis aos grupos de menor renda da população, nas redondezas

de centros de produção industrial, que são oneradas no longo prazo por conta de diversos poluentes no ar, na água e no solo. Com a ameaça da redução da renda, uma maior tolerância pode ser gerada.

Nesses casos, não é apenas esse efeito social de filtragem ou amplificação que produz inquietações específicas de classe. Também as possibilidades e capacidades de lidar com situações de risco, de contorná-las ou compensá-las, acabam sendo desigualmente distribuídas entre distintas camadas de renda e educação: quem dispõe do calço financeiro de longo prazo pode tentar contornar os riscos através da escolha do local e da configuração da moradia (ou através de uma segunda moradia, férias etc.). O mesmo vale para a alimentação, a educação e para as correspondentes posturas em relação à comida e à informação. Um bolso suficientemente cheio é capaz de colocar alguém em posição de refestelar-se com ovos de “galinhas felizes” e folhas de “alfaces felizes”. Educação e uma postura sensível à informação abrem novas possibilidades de relacionamento e de esquiva. Podem-se evitar determinados produtos (por exemplo, fígados de vacas velhas, com altos teores de chumbo) e, por meio de técnicas nutricionais bem-informadas, variar o cardápio semanal de tal maneira que os metais pesados presentes no peixe do Mar do Norte sejam diluídos, complementados, relativizados (ou mesmo intensificados quem sabe?) pelos aditivos tóxicos presentes na carne suína e no chá. Cozinhar e comer convertem-se numa espécie de *química alimentar implícita*, numa espécie de cozinha do diabo com pretensão minimalizadora, se bem que conhecimentos bastante sofisticados são necessários para que se consiga, em termos de “tecnologia nutricional”, passar a perna por conta própria na superprodução de toxinas e venenos na indústria química e na agricultura. Mas, ainda assim, é muito provável que, em reação às notícias de contaminação na imprensa e na televisão, surjam hábitos de alimentação e de vida “antiquímicos”, distribuídos em relação à camada social. Essa “antiquímica” cotidiana (com frequência trazida aos consumidores propriamente embalada como produto secundário da indústria química) acabará por virar do avesso (e afinal já fez isto) todos os âmbitos do abastecimento — da comida à moradia, da enfermidade ao lazer — em meio às camadas educadas, “conscientes em relação à alimentação” e de maior renda. Poder-se-ia deduzir a partir disto que, justamente em razão dessa postura refletida e financeiramente lastreada em relação aos riscos, velhas desigualdades sociais são consolidadas num *novo* patamar. É justamente desse modo, contudo, que *não* se chegará à base da lógica distributiva dos riscos.

Paralelamente ao aprofundamento das situações de risco, reduzem-se as rotas de fuga e as possibilidades compensatórias de caráter privado, ao mes-

mo tempo em que se disseminam. A potenciação dos riscos, a impossibilidade de contorná-los, a abstinência política, assim como o anúncio e a venda de possibilidades privadas de escape, *implicam-se* mutuamente. É possível que esses dribles privados ainda ajudem em relação a *alguns* alimentos; mas já no fornecimento de água estão todas as camadas sociais interligadas pelo mesmo encanamento; e basta lançar um olhar às “florestas esqueléticas” dos “idílios campestres”, distantes das indústrias, para que fique claro que as barreiras específicas de classe caem também por conta dos teorês tóxicos do ar que todos respiramos. A única proteção realmente eficaz sob essas condições seria *não* comer, *não* beber, *não* respirar. E mesmo isto ajuda apenas em parte. Afinal todos sabem o que acontece às pedras — e aos cadáveres enterrados.

4. GLOBALIZAÇÃO DOS RISCOS CIVILIZACIONAIS

Reduzido a uma fórmula: *a miséria é hierárquica, o smog é democrático*. Com a ampliação dos riscos da modernização — com a ameaça à natureza, à saúde, à alimentação etc. —, relativizam-se as diferenças e fronteiras sociais. Isto ainda continua a provocar consequências bastante diversas. *Objetivamente*, porém, os riscos produzem, dentro de seu raio de alcance e entre as pessoas por eles afetados, um efeito *equalizador*. Nisto reside justamente sua nova força política. Nesse sentido, sociedades de risco simplesmente *não* são sociedades de classes; suas situações de ameaça não podem ser concebidas como situações de classe, da mesma forma como seus conflitos não podem ser concebidos como conflitos de classe.

Isto fica ainda mais claro se tivermos em conta o feitio peculiar, o padrão distributivo específico dos riscos da modernização: eles possuem uma *tendência imanente à globalização*. A produção industrial é acompanhada por um universalismo das ameaças, independente dos lugares onde são produzidas: cadeias alimentares interligam cada um a praticamente todos os demais na face da Terra. Submersas, elas atravessam fronteiras. O teor de acidez do ar carcome não apenas esculturas e tesouros artísticos, mas há muito corroeu também os marcos de fronteira. Mesmo no Canadá acidificam-se os mares, mesmo nos extremos setentrionais da Escandinávia morrem as florestas.

Essa tendência à globalização faz surgir suscetibilidades, que são por sua vez inespecíficas em sua universalidade. Quando tudo se converte em ameaça, de certa forma nada mais é perigoso. Quando já não há saída, o melhor afinal é não pensar mais na questão. O fatalismo ecológico do fim dos tem-

pos faz o pêndulo dos ânimos oscilar em *todas* as direções. Agir é de todo modo algo ultrapassado. Talvez os ubíquos e perenes pesticidas possam ser contornados com o retorno aos insetos, ou com uma taça de champanhe?

O efeito bumerangue

Contido na globalização, e ainda assim claramente distinto dela, há um padrão de distribuição dos riscos no qual se encontra um material politicamente explosivo: cedo ou tarde, eles alcançam inclusive aqueles que os produziram ou que lucraram com eles. Em sua disseminação, os riscos apresentam socialmente um *efeito bumerangue*: nem os ricos e poderosos estão seguros diante deles. Os anteriormente “latentes efeitos colaterais” rebatem também sobre os centros de sua produção. Os atores da modernização acabam, inevitável e bastante concretamente, entrando na ciranda dos perigos que eles próprios desencadeiam e com os quais lucram. Isto pode ocorrer de diversas formas.

Tomemos novamente como exemplo a agricultura. O emprego de fertilizantes sintéticos cresceu, entre 1951 e 1983, de 143 para 378 kg/ha, o consumo de insumos químicos agrícolas cresceu entre 1975 e 1983 na Alemanha Ocidental de 25 mil para 35 mil toneladas. A produtividade por hectare também aumentou; de modo algum, porém, tão rápido como o emprego de fertilizantes e pesticidas. Ele foi duplicado para os cereais e crescem 20% para a batata. A um aumento da produtividade *aquém* das proporções em relação ao uso de fertilizantes e insumos químicos corresponde um aumento *além* das proporções dos danos à natureza, visíveis e penosos para os próprios agricultores: um traço marcante desse grave processo que se destaca é o forte declínio na população de diversas espécies da flora e da fauna silvestre. As “listas negras”, que protocolam essa ameaça de extinção como uma “certidão de óbito” oficial, tornam-se cada vez mais longas.

“Das 680 espécies de plantas encontradas nos campos, 519 estão ameaçadas. De forma dramática, reduzem-se as populações de espécies de pássaros vinculadas aos prados, como a cegonha-branca, o maçarico-real ou o cartaxo-northern; na Baviera, por exemplo, tenta-se salvar os últimos representantes dessas espécies por meio de um ‘programa de incubadoras dos prados’ [...] Entre os animais, são afetados os pássaros que fazem seus ninhos no chão, espécies no topo de cadeias alimentares, como aves de rapina e corujas, libélulas, assim como espécies especializadas em alimen-

tos rareantes, por exemplo, em grandes insetos ou no néctar disponível ao longo de todo o período de vegetação” (laudo, p. 20).

Os antigos “efeitos colaterais imprevistos” tornam-se assim efeitos principais visíveis, que ameaçam seus próprios centros causais de produção. A produção de riscos da modernização acompanha a *curva do bumerangue*. A agricultura intensiva de caráter industrial, fomentada com bilhões em subsídios, não somente faz aumentar dramaticamente em cidades distantes a concentração de chumbo no leite materno e nas crianças. Ela também solapa de múltiplas formas a base natural da própria produção agrícola: cai a fertilidade das lavouras, desaparecem espécies indispensáveis de animais e plantas, aumenta o perigo de erosão do solo.

Esse efeito socialmente circular de ameaça pode ser generalizado: sob a égide dos riscos da modernização, cedo ou tarde se atinge a *unidade entre culpado e vítima*. No pior, no mais inconcebível dos casos — o cogumelo atômico —, isto é evidente: ele aniquila inclusive o agressor. Torna-se claro, nesse caso, que a Terra se transformou num assento ejetável, que não mais reconhece diferenças entre pobre e rico, branco e preto, sul e norte, leste e oeste. O efeito, porém, só existe quando existir, e então ele não mais existirá, pois nada mais existirá. Essa ameaça apocalíptica não deixa portanto quaisquer rastros palpáveis *na imediatez* de sua ameaça (ver Gunther Anders, 1983). Isto é diferente no caso da crise ecológica. Ela também compromete as bases naturais e econômicas da agricultura e, em decorrência, o abastecimento de toda a população. São visíveis, nesse caso, efeitos que repercutem não apenas no âmbito da natureza, mas também nos cofres dos ricos e na saúde dos poderosos. À boca larga e independente de filiação partidária, o que se ouve são tons bastante estridentes, apocalípticos.

Desvalorização e desapropriação ecológicas

O efeito bumerangue não precisa se refletir, portanto, unicamente em ameaça direta à vida, podendo ocorrer também através de mediações: dinheiro, propriedade, legitimação. Ele não apenas atinge em repercussão direta o causador isolado. Ele também faz com que todos, globalmente e por igual, arquem com os ônus: o desmatamento causa não apenas o desaparecimento de espécies inteiras de pássaros, mas também reduz o valor econômico da propriedade da floresta e da terra. Onde quer que uma usina nuclear ou termoelétrica seja construída ou planejada, caem os preços dos terrenos. Áreas urbanas e industriais, autoestradas e vias de grande circulação sobre-

carregam o solo em seu entorno. Mesmo que não se saiba ao certo se já agora ou somente num futuro próximo é que, por uma tal razão, 7% do território alemão estará em tal medida afetado por poluentes que já não será mais possível praticar, com a consciência limpa, qualquer tipo de cultivo nessas áreas. O princípio ainda é o mesmo: a propriedade é desvalorizada e, de formas furtivas, “*ecologicamente desapropriada*”.

Esse efeito pode ser generalizado. Destruições e ameaças de destruição da natureza e do meio ambiente, notícias sobre teores tóxicos nos alimentos e em bens de consumo, acidentes químicos, tóxicos ou nucleares, iminentes ou, pior, ocorridos, tudo isto atua como uma furtiva ou galopante desvalorização e desapropriação dos direitos de propriedade. Através da produção desenfreada de riscos da modernização, acaba sendo praticada — em passos e saltos sempre contínuos, por vezes em crises catastróficas — uma *política da terra que se torna inabitável*. Aquilo que se combatia como “perigo comunista” realiza-se no conjunto das próprias ações, sob outra forma, seguindo o desvio da natureza contaminada. Para além das guerras ideológicas, na arena das oportunidades de mercado, todos praticam contra todos a política da “terra arrasada” — com um sucesso retumbante, mas raramente duradouro. Aquilo que é contaminado ou tido por contaminado — no que diz respeito ao declínio do valor econômico e social, essa diferença é praticamente irrelevante — pode pertencer a quem pertence ou a quem bem entender. Sem qualquer alteração do título de propriedade legal, torna-se inútil e sem valor. Trata-se, portanto, no caso da “desapropriação ecológica”, de uma *desapropriação social e econômica com a manutenção da propriedade legal*. Isto vale também para os alimentos, assim como para o ar, o solo e a água. Vale para tudo o que neles vive e, sobretudo, para todos aqueles que vivem daquilo que neles vive. O discurso em torno dos “venenos do espaço doméstico” torna claro que tudo o que compõe nosso cotidiano civilizacional pode ser envolvido.

A ideia básica por trás disso é das mais simples: tudo o que ameaça a vida neste planeta, estará ameaçando também os interesses de propriedade e de comercialização daqueles que vivem *da* mercantilização da vida e dos viveres. Surge, dessa maneira, uma genuína *contradição*, que sistematicamente se aprofunda, entre os interesses de lucro e propriedade que impulsionam o processo de industrialização e suas diversas consequências ameaçadoras, que comprometem e desapropriam inclusive os lucros e a propriedade (para não falar da propriedade da própria vida).

Num acidente nuclear ou numa catástrofe química, surgem assim, no estágio mais avançado da civilização, novas “manchas brancas” no mapa, monumentos àquilo que nos ameaça. Inclusive acidentes tóxicos, depósitos

de lixo tóxico subitamente descobertos transformam distritos em “distritos do lixo tóxico”, a terra em torno em “terra de ninguém”. Contudo, também existem diversas variantes preliminares e insidiosas. O peixe proveniente de águas contaminadas ameaça não apenas as pessoas que o comem, mas também, *por causa disto*, os muitos que *dele* vivem. Quando o alarme do *smog* é acionado, o país morre *temporariamente*. Regiões industriais inteiras convertem-se em cidades-fantasma. O efeito bumerangue define: inclusive as engrenagens das indústrias poluentes param. Mas não só as suas. O *smog* não leva em conta o princípio de causalidade. Englobando-as e equiparando-as, atinge a todas, independente de sua parcela de contribuição na produção do *smog*. Assim, para as estâncias climáticas de tratamento de saúde, o *smog* certamente não representa boa publicidade e nem indica um estouro de vendas. Estipular em lei o dever de divulgar os picos de contaminação do ar (de forma semelhante como se faz com as temperaturas da água e do ar), de modo a atingir o grande público, acabaria fazendo com que as administrações de *resorts* e a indústria do lazer — até agora: partidárias de uma política de combate a definições — rapidamente se convertessem em defensoras convictas de uma política efetiva de combate à poluição.

Situações de risco não são situações de classe

Dessa forma, com a generalização dos riscos da modernização, é desencadeada uma dinâmica social que não mais pode ser abarcada e concebida em termos de classe. Propriedade de uns implica em privação de propriedade para outros e, em decorrência, numa relação de tensão e conflito social na qual podem-se formar e reforçar identidades sociais em contínua reciprocidade — “os lá de cima, nós aqui de baixo”. Inteiramente distinto é o caso das situações de ameaça. Quem é afetado por perigos está com problemas, mas não chega a privar os outros, os não afetados, do que quer que seja. Sofrer o impacto e não sofrer o impacto não se polarizam como ter propriedade e não a ter. Expresso numa analogia: à “classe” dos afetados não se opõe uma “classe” dos não afetados. À “classe” dos afetados opõe-se, na melhor das hipóteses, a “classe” dos ainda-não-afetados. Por conta do aumento galopante dos preços da incolumidade, inclusive os que hoje ainda são “abastados” (em termos de saúde e bem-estar) serão impelidos amanhã às filas de “auxílio aos pobres” dos planos de saúde e, depois de amanhã, aos refúgios dos párias, inválidos e incapazes. A impotência das autoridades diante dos acidentes tóxicos e escândalos de lixo tóxico, assim como a avalanche de questões de legalidade, competência e indenização que irrompe nesses

casos, fala uma língua bastante clara. Isto é: a imunidade em relação aos riscos converte-se do dia para a noite em impacto irreversível. Os conflitos que surgem em torno dos riscos da modernização inflamam-se a partir de *causas sistemáticas* congruentes com o motor do progresso e do lucro. Elas relacionam-se à dimensão e ao alcance das ameaças e das respectivas demandas resultantes por reparação e/ou por uma mudança geral de curso. Considerando-as, trata-se da questão sobre se podemos prosseguir com a dilapidação da natureza (a própria inclusive) e, conseqüentemente, se nossos conceitos de “progresso”, “bem-estar”, “crescimento econômico” e “racionalidade científica” ainda valem. Nesse sentido, os conflitos emergentes assumem o caráter de *disputas religiosas de vertente civilizacional* em torno do caminho correto para a modernidade. Estas assemelham-se sob certos aspectos mais às guerras religiosas da Idade Média do que aos conflitos de classe do século XIX e início do século XX.

Tampouco diante das fronteiras nacionais os riscos e dilapidações industriais demonstram qualquer respeito. Eles vinculam a vida de uma folha de grama da floresta bávara, em última medida, à eficácia do acordo sobre o combate à poluição transfronteiriça. A *supranacionalidade* do fluxo de poluentes não pode mais ser confrontada unicamente no nível nacional. Daqui em diante, os países industriais precisam ser diferenciados também de acordo com suas “*balanças nacionais de emissão e imissão*”. Em outras palavras, passam a surgir *desigualdades internacionais* entre diferentes países industriais, com “superávit”, “equilíbrio” ou “déficit” na balança de poluentes, ou dito de forma mais clara: entre os “países poluentes” e aqueles que têm de arcar com o ônus da sujeira dos outros, com o aumento na taxa de mortalidade, desapropriações e desvalorizações. Até mesmo a “comunidade socialista de estados irmanados” terá de se confrontar em breve com essa diferenciação e com o material conflitivo nela contido.

Situação de ameaça como destino de ameaça

A intratabilidade supranacional dos riscos da modernização corresponde à forma de sua disseminação. Sua invisibilidade não deixa nem mesmo uma decisão aberta ao consumidor. Eles são “produtos casados”, ingeridos e inspirados *a reboque* de outros. São “*passageiros clandestinos*” do consumo normal. Viajam com o vento e com a água. Podem estar em tudo e em todos, atravessando, junto com o essencial à vida — o ar que se respira, a comida, o vestuário, o mobiliário etc. —, todas as zonas de proteção da modernidade, de resto tão rigidamente controladas. Diferente das riquezas — atraentes, mas

que podem igualmente repelir, diante das quais, contudo, é sempre necessário e possível escolher, comprar, decidir —, os riscos e danos esgueiram-se por toda a parte, furtivos e sem qualquer inibição diante do livre (!) arbítrio. Eles fazem emergir uma nova forma de destinação, um tipo de “imputabilidade civilizacional do risco”. De um certo modo, faz lembrar o *destino associado ao estamento na Idade Média*. Agora existe uma espécie de *destino associado à ameaça na civilização avançada*, para o qual se nasce e do qual nem todo o esforço permite escapar, com a “pequena diferença” (sendo a que tem maior eficácia) de que *todos* nos confrontamos com ele de modo similar.

Na civilização avançada, que surgiu para abolir as destinações, para oferecer às pessoas possibilidades de escolha, para libertá-las de constrições naturais, acaba surgindo uma nova destinação, global, de alcance mundial, fundada na ameaça; destinação esta diante da qual possibilidade de escolha individual dificilmente se sustenta, pela razão de que, no mundo industrial, os poluentes e venenos estão entrelaçados com a base natural, com a consumação elementar da vida. A vivência dessa suscetibilidade ao risco *interdita à escolha* torna compreensível muito do impacto, da ira impotente e da “sensação de não haver amanhã” com que muitos, ambigualmente e exercendo uma crítica forçosamente construtiva, reagem à mais recente realização da civilização tecnológica: é possível chegar a estabelecer e manter uma distância crítica diante de algo de que não se pode escapar? deve-se abrir mão da distância crítica e refugiar-se no inevitável, com escárnio ou cinismo, indiferença ou júbilo, apenas *porque* se trata de algo de que não se pode escapar?

Novas desigualdades internacionais

A equalização mundial das situações de ameaça não deve, entretanto, camuflar as *novas* desigualdades sociais *no interior* da suscetibilidade ao risco. Estas surgem particularmente quando — ao menos em escala internacional — situações de classe e situações de risco *se sobrepõem*: o proletariado da sociedade do risco mundial instala-se ao pé das chaminés, ao lado das refinarias e indústrias químicas, nos centros industriais do Terceiro Mundo. A “maior catástrofe industrial da história” (*Der Spiegel*), o acidente tóxico na cidade indiana de Bhopal, chamou a atenção da opinião pública mundial para esse fato. As indústrias de risco foram transferidas para os países com mão de obra barata. Isto não aconteceu por acaso. Existe uma sistemática “força de atração” entre pobreza extrema e riscos extremos. No pátio de triagem da distribuição dos riscos, estações situadas em “rincões provinciais subdesenvolvidos” gozam de especial popularidade. E um tolo ingênuo ainda

presumiria que os responsáveis pela triagem não sabem o que fazem. Também fala em favor desse processo a comprovada “alta aceitação” de uma população provincial desempregada (!) diante de “novas” tecnologias (capazes de gerar empregos).

Em escala mundial, isto ocorre de forma particularmente eloquente: miséria material e cegueira diante do risco coincidem. “Um especialista em desenvolvimento relata o manuseio imprudente com pesticidas, no caso, no Sri Lanka: ‘o DDT é espalhado com as mãos, as pessoas ficam polvilhadas de branco.’” Na ilha caribenha de Trinidad (1,2 milhão de habitantes), foram registrados no ano de 1983 um total de 120 casos de morte por pesticida. “Um fazendeiro: ‘se você não passa mal depois da pulverização, é porque não pulverizou o bastante’” (*Der Spiegel*, nº 50/1984, p. 119).

Para essas pessoas, as complexas instalações das indústrias químicas, com seus imponentes tubos e tanques, são símbolos caros do sucesso. A ameaça de morte nelas contida fica, em contraste, invisível. Para eles, os fertilizantes, inseticidas e herbicidas que elas produzem são vistos, antes de mais nada, sob a ótica da libertação da precariedade material. São pré-condições da “revolução verde”, que — sistematicamente apoiada pelas nações industriais do Ocidente — aumentou nos últimos anos a produção de gêneros alimentícios em 30%, em alguns países da Ásia e da América Latina em até 40%. O fato de que, enquanto isto, a cada ano sejam “pulverizadas sobre pomares e campos de algodão, arroz e tabaco [...] várias centenas de milhares de toneladas de pesticidas” acaba sendo ofuscado por esses êxitos tangíveis. Na concorrência entre a morte pela fome, visivelmente iminente, com a morte por intoxicação, iminente mas invisível, impõe-se a premência do combate à miséria material. *Sem* o emprego em larga escala de substâncias químicas, a produtividade das lavouras cairia e os insetos e fungos devorariam a parte que lhes coubesse. *Com* a indústria química, os países pobres da periferia podem preencher seus próprios estoques de alimentos, alcançando uma certa independência em relação ao poder das metrópoles do mundo industrial. As indústrias químicas estabelecidas localmente reforçam a impressão de independência na produção e de independência de caras importações. A luta contra a fome e pela autonomia compõe o escudo atrás do qual os riscos, de todo modo imperceptíveis, são abafados, minimizados e, *em decorrência*, potencializados, disseminados e, finalmente, devolvidos aos ricos países industriais ao longo da cadeia alimentar.

Regulamentos de proteção e segurança não foram suficientemente desenvolvidos, sendo que, quando existem, são com frequência letra morta. A “ingenuidade industrial” da população local, que no mais das vezes é inca-

paz de ler ou escrever, quanto mais de usar adequadamente roupas de proteção, oferece aos administradores das empresas possibilidades insuspeitas, há muito indisponíveis nos círculos mais sensíveis ao risco dos países industriais, de manipulação legítima dos riscos: sabendo da impossibilidade de que se façam adotar regulamentos de segurança, podem-se isentar de cumpri-los. Dessa forma, eles podem “lavar as mãos” e, com a consciência tranquila e com baixos custos, transferir a responsabilidade pelos acidentes e casos de morte à “cegueira” cultural da população em relação aos riscos. No caso de catástrofes, o emaranhado de competências e as posições de interesse nos países pobres oferecem boas oportunidades para uma política de contenção definitiva, de minimização e de encobrimento dos efeitos desastrosos. Condições de produção favoráveis em termos de custos, imunes às restrições legítimas, atraem os conglomerados industriais como ímãs, e acabam vinculando-se ao interesse próprio dos países em superar a carência material e em alcançar a autonomia nacional numa combinação explosiva, no mais verdadeiro sentido da palavra: *o diabo da fome é combatido com o belzebu da potenciação do risco*. Indústrias de risco particularmente elevado são transferidas para os países pobres da periferia. A pobreza do Terceiro Mundo soma-se o horror das impetuosas forças destrutivas da avançada indústria do risco. As imagens e relatos de Bhopal e da América Latina dizem-no em suas palavras.

Vila Parisi

“O município mais sujo do mundo encontra-se no Brasil [...] Todo ano, os moradores da favela precisam trocar o revestimento de zinco do telhado, pois a chuva ácida os corrói. Quem vive aqui tempo o bastante adquire pústulas, “pele de jacaré”, como dizem os brasileiros.

Os mais intensamente afetados são os moradores de Vila Parisi, uma favela de 15 mil habitantes, dos quais a maioria se aloja em modestos casebres feitos com tijolos de cimento. Máscaras de gás já são vendidas no supermercado. A maioria das crianças sofre de asma, bronquite, inflamações na garganta e nas vias respiratórias e eczema.

Em Vila Parisi, pode-se facilmente orientar pelo cheiro. Numa esquina, o esgoto borbulha a céu aberto, na outra, escorre um corrego de limo esverdeado. Um fedor de penas de galinha queimadas anuncia a siderúrgica, o cheiro de ovos podres, a fábrica de produtos químicos. Um medidor de emissões de poluentes, instalado

pelas autoridades municipais, parou de funcionar em 1977, cerca de um ano e meio após sua inauguração. Certamente não foi capaz de dar conta da sujeira.

A história do município mais sujo do mundo começou em 1954, quando a Petrobras, a empresa brasileira de petróleo, escolheu a área de mangue como sede para sua refinaria. Logo vieram também a Cosipa, grande siderúrgica brasileira, e a Copebrás, uma indústria americano-brasileira de fertilizantes, multinacionais como Fiat, Dow Chemical e Union Carbide chegaram em seguida. Era a fase do milagre do capitalismo brasileiro. O governo militar convidou empresas estrangeiras a transferir para lá a fabricação de produtos nocivos ao meio ambiente. ‘O Brasil ainda pode importar poluição’, gabava-se o ministro do planejamento Paulo Velloso em 1972, ano da Conferência do Meio Ambiente de Estocolmo. O único problema ecológico no Brasil seria a pobreza.

‘As causas principais das doenças são a subnutrição, o álcool e o cigarro’, diz o porta-voz da Petrobras. ‘As pessoas já vêm doentes de Cubatão’, também é o que diz Paulo Figueiredo, diretor da Union Carbide, ‘e quando a doença se agrava, põem a culpa em nós. Isto é simplesmente ilógico.’ O governador de São Paulo tenta há dois anos trazer ar fresco à pestilenta Cubatão. Ele demitiu 13 funcionários da leniente Secretaria do Meio Ambiente e determinou o uso de computadores para controlar as emissões. Mas as tímidas multas de alguns poucos milhares de dólares não chegavam a incomodar os transgressores do meio ambiente.

Foi então que veio a catástrofe, no dia 25 de fevereiro deste ano. Em razão de negligência da Petrobras, 700 mil litros de petróleo acabaram sendo derramados no mangue que abrigava as palafitas da Vila Socó. Em menos de dois minutos, uma tormenta de fogo irrompeu pela favela. Mais de 500 pessoas foram incineradas. Os cadáveres das crianças pequenas não foram encontrados. ‘Elas foram simplesmente pulverizadas pelo calor’, disse um funcionário do governo” (*Der Spiegel*, nº 50/1984, p. 110).

Bhopal

“Os pássaros caíam do céu. Búfalos, vacas, cães jaziam mortos pelas ruas e campos — estufados depois de poucas horas devido ao calor da Índia Central. E por todo a parte as pessoas sufocavam — contorcendo-se, espumando pela boca, mãos contraídas crava-

das na terra: eram 3 mil no fim da semana passada, e surgem sempre novas vítimas, as autoridades já deixaram de contabilizá-las. 20 mil pessoas provavelmente ficarão cegas. Cerca de 200 mil ficaram feridas. Na cidade de Bhopal, na noite de domingo para segunda, ocorreu um apocalipse industrial sem paralelo na história: uma nuvem venenosa vazou de uma indústria química, estendendo-se em seguida como uma mortalha por 65 quilômetros quadrados densamente habitados — quando finalmente se dissipou, espalhou-se o odor repulsivo da putrefação. A cidade transformou-se numa praça de guerra, em pleno período de paz. Os hindus incineravam em seus crematórios os mortos, 25 de cada vez. Logo passou a faltar madeira para a cremação ritual — assim, eram em labaredas de querosene que ardiam os corpos. O cemitério dos muçulmanos revelou-se demasiado estreito. Velhos túmulos precisaram ser abertos, mandamentos sagrados do Islã, desrespeitados. ‘Eu sei’, lamentava um coveiro, ‘é pecado enterrar dois mortos no mesmo túmulo. Alá que nos perdoe — enterramos três, quatro e ainda mais’” (*ibid.*, pp. 108 ss.).

À diferença da pobreza, contudo, a pauperização do risco no Terceiro Mundo é contagiosa para os ricos. A potenciação dos riscos faz com que a sociedade global se reduza a comunidade de perigos. O efeito bumerangue também acaba por afetar os países ricos, que justamente se haviam livrado dos riscos através da transferência, mas que acabam reimportando-nos junto com os alimentos baratos. Com as frutas, grãos de cacau, rações animais, folhas de chá etc., os pesticidas voltam à sua altamente industrializada terra de origem. As extremas desigualdades internacionais e as interdependências do mercado global lançam os bairros pobres dos países periféricos às portas dos ricos centros industriais. Eles convertem-se em incubadoras de uma contaminação de alcance mundial, que — semelhante às doenças contagiosas dos pobres na densidade das cidades medievais — tampouco preservam os distritos ricos da aldeia global.

5. DUAS ÉPOCAS, DUAS CULTURAS: DA RELAÇÃO ENTRE PERCEPÇÃO E PRODUÇÃO DE RISCOS

Desigualdades de classe e desigualdades da sociedade de risco podem-se sobrepor, condicionar mutuamente, estas podem produzir aquelas. A dis-

tribuição desigual da riqueza social garante com anteparos e justificativas a produção de riscos. Nesse caso, é preciso justamente diferenciar a *atenção* cultural e política despertada pelos riscos de sua *efetiva* disseminação.

Sociedades de classe são sociedades nas quais, para além das trincheiras de classe, a disputa gira em torno da conspícua satisfação das necessidades materiais. Contrapõem-se fome e fartura, poder e impotência. A miséria não exige qualquer medida de autoafirmação. Ela existe. Sua imediatez e obviedade correspondem à evidência material da riqueza e do poder. As certezas das sociedades de classe são, nesse sentido, as certezas da cultura da *visibilidade*: a fome esquelética contrasta com a robusta saciedade, os palácios, com as choças, o fausto, com as migalhas.

Justamente essas evidências do tangível deixam de valer nas sociedades do risco. O visível incorre nas sombras de ameaças invisíveis. Aquilo que escapa à percepção já não coincide com o irreal, podendo chegar mesmo a possuir um grau elevado de concretude em termos de ameaça. A necessidade imediata rivaliza com o teor de risco. O mundo da carência ou fartura visíveis ensombrece-se sob o peso da superioridade de forças dos riscos.

A corrida disputada entre riqueza perceptível e riscos imperceptíveis não pode ser ganha por estes. O invisível não pode competir com o visível. O paradoxal é que, justamente *por isto*, os riscos invisíveis acabam ganhando a parada.

A indiferença diante dos riscos, de todo modo imperceptíveis, que sempre encontra na superação da carência palpável sua justificação — e, na verdade, *tem-na* (vide o Terceiro Mundo!) —, é o terreno cultural e político no qual os riscos e ameaças *florescem, crescem e frutificam*. Na sobreposição e concorrência entre as situações problemáticas da sociedade de classes, da sociedade industrial e da sociedade de mercado, de um lado, e aquelas da sociedade de risco, de outro, a lógica da produção de riqueza, dadas as relações de poder e os critérios de relevância vigentes, acaba por prevalecer — *e justamente por conta disto prevalece no fim das contas a sociedade de risco*. A evidência da carência ofusca a *percepção* dos riscos; mas, em compensação, apenas sua percepção, e não sua concretude e eficácia: riscos denegados prosperam particularmente bem e rápido. Num certo estágio da produção social, marcado pelo desenvolvimento da indústria química, mas também pelo da tecnologia de reatores, da microeletrônica, da tecnologia genética, a preponderância da lógica e dos conflitos da produção de riquezas, e conseqüentemente da invisibilidade social da sociedade de risco, não chega a ser uma prova de sua inconcretude, e sim o inverso: um motor mesmo de seu surgimento e, portanto, uma prova de sua concretização.

É o que nos ensina a sobreposição e as reviravoltas nas situações de classe e de risco no Terceiro Mundo; nada menos, porém, com relação ao pensamento e à ação nos países industriais ricos: a salvaguarda da prosperidade e do crescimento econômico mantém-se inabalada como primeira prioridade. A perda iminente de postos de trabalho é proclamada aos quatro ventos, de modo a manter frouxas as amarras das estipulações e controles de valores máximos para as emissões de poluentes ou para que sequer se investiguem certos resíduos tóxicos detectados nos alimentos. Em virtude da precaução diante dos possíveis efeitos econômicos, sequer se mantém registro de categorias inteiras de substâncias tóxicas; elas não existem juridicamente e, por isto mesmo, podem circular livremente. Nada se diz sobre a contradição no fato de que, nesse meio-tempo, o próprio combate aos riscos se tenha tornado um florescente ramo da indústria, garantindo a muitos milhões de pessoas na Alemanha emprego seguro (seguro até demais).

Ao mesmo tempo, afiam-se os instrumentos da “superação” *definitória* do risco e brandem-se os respectivos machados: aqueles que apontam os riscos são difamados como “estraga-prazeres” e produtores de riscos. Assume-se que sua demonstração dos riscos “não são comprovadas”. Os efeitos para o ser humano e o meio ambiente por eles apontados são tomados por “exagero desmedido”. Mais pesquisa seria necessária antes que se soubesse do que se trata e quais medidas poderiam ser tomadas. Somente um produto interno bruto em rápido crescimento garantiria os pressupostos para uma melhor proteção do meio ambiente. A confiança na ciência e na pesquisa é professada. Sua racionalidade teria sido capaz até hoje de encontrar soluções para todos os problemas. A crítica à ciência e as inquietações em relação ao futuro, em contraposição, são estigmatizadas como “irracionalismo”. Elas seriam as verdadeiras causas de todo o mal. O risco seria simplesmente uma decorrência do progresso, da mesma forma como a onda de proa acompanha o navio em alto mar. Não seria uma invenção da era moderna. Ele seria verificável em muitos âmbitos da vida social. Os mortos nos acidentes de trânsito, por exemplo. Em decorrência deles, seria uma cidade média da Alemanha que a cada ano desapareceria, por assim dizer, sem deixar vestígios. Mesmo com isto já estaríamos acostumados. Ainda restaria muita margem e muito fôlego para acidentes tóxicos e para catastrofeszinhas em menor escala com substâncias radioativas, ou com resíduos, ou seja com o que for (algo que, de todas as maneiras, em vista da tecnologia de segurança alemã, seria altamente improvável).

Mesmo o predomínio dessa interpretação não deve enganar quanto à sua irrealidade. Sua vitória é uma vitória de Pirro. Onde quer que prevaleça,

ela produz aquilo que nega: as situações de perigo da sociedade de risco. Reside aí, no entanto, não algo que console, e sim o inverso: um aumento do perigo.

6. A UTOPIA DA SOCIEDADE MUNDIAL

Acaba surgindo, portanto, precisamente na negação e na desconsideração, a *comunhão objetiva* de uma situação de perigo global. Por trás da pluralidade de interesses, está iminente e cresce a concretude do risco, que já não respeita qualquer diferença ou fronteira social e nacional. Por trás dos muros da indiferença, grassa o perigo. Isto obviamente não significa que, em decorrência dos crescentes riscos civilizacionais, brote a harmonia. É justamente ao lidar com os riscos que se origina uma multiplicidade de novos conflitos e diferenciações. Estes não se atêm mais ao esquema da sociedade de classes. Eles surgem sobretudo da ambivalência dos riscos na sociedade de mercado desenvolvida: os riscos não são nesse caso apenas riscos, são também *oportunidades de mercado*. É precisamente com o avanço da sociedade de risco que se desenvolvem como decorrência as oposições entre aqueles que são *afetados* pelos riscos e aqueles que *lucram* com eles. Da mesma forma, aumenta a importância social e política do *conhecimento*, e conseqüentemente é necessário aos meios de forjar o conhecimento (ciência e pesquisa) e disseminá-lo (meios de comunicação de massa). A sociedade do risco é, nesse sentido, também a sociedade *da ciência, da mídia e da informação*. Nela, escancaram-se assim novas oposições entre aqueles que *produzem* definições de risco e aqueles que as *consomem*.

Essas tensões, entre subtração do risco e comércio, produção e consumo de definições de risco, atravessam todos os âmbitos de atuação social. Encontram-se aí as origens primárias das “*disputas definitórias*” em torno da *extensão, do grau e da urgência dos riscos*.

A canibalização mercantilizante dos riscos favorece um vaivém generalizado entre velamento e desvelamento de riscos — com o resultado de que, no fim das contas, ninguém mais sabe se o “problema” não é afinal a “solução” ou vice-versa, quem lucra com o quê, quando é que autorias são estabelecidas ou ocultadas por conta de especulações causais, ou então se todo o discurso em torno do risco não é expressão de uma dramaturgia política deslocada, que pretende na verdade algo inteiramente distinto.

Apesar de tudo, diferente das riquezas, os riscos polarizam *de modo invariavelmente parcial*, isto é, a partir das vantagens que eles *também* pro-

duzem, e num estágio mais recuado de seu desenvolvimento. Tão logo o teor de ameaça se torne visível e cresça, dissolvem-se as vantagens e diferenças. Cedo ou tarde, os riscos ensejam também ameaças, que relativizam e comprometem por sua vez as vantagens a eles associadas e que, justamente em razão do aumento dos perigos e atravessando toda a pluralidade de interesses, fazem com que a comunhão do risco também se torne realidade. Nessa medida, sob o “teto” da suscetibilidade ao risco — independente do seu alcance — e por trás de todas as oposições, emerge também um terreno comum: para evitar ameaças decorrentes da energia atômica, do lixo tóxico ou de inegáveis dilapidações da natureza, representantes de distintas classes, partidos, grupos profissionais e faixas etárias organizam-se em iniciativas da sociedade civil.

Nesse sentido, a sociedade de risco produz novas oposições de interesse e um novo tipo de solidariedade diante da ameaça, sem porém que se saiba ainda quanta carga ela pode comportar. Na medida em que as ameaças da modernização se acentuam e generalizam, revogando portanto as zonas residuais de imunidade, a sociedade de risco (em contraposição à sociedade de classes) desenvolve uma tendência à unificação objetiva das suscetibilidades em situações de ameaça global. Assim, amigo e inimigo, leste e oeste, em cima e embaixo, cidade e campo, preto e branco, sul e norte são todos submetidos, no limite, à pressão equalizante dos riscos civilizacionais que se exacerbam. Sociedades de risco não são sociedades de classes — mas isto ainda é pouco. Elas contêm em si uma *dinâmica evolutiva de base democrática que ultrapassa fronteiras*, através da qual a humanidade é forçada a se congregar na situação unitária das autoameaças civilizacionais.

A sociedade de risco dispõe, nessa medida, de novas fontes de conflito e de consenso. Em lugar da *superação da carência*, entra a *superação do risco*. Ainda que a consciência e as formas de organização política para tanto (ainda) não existam, pode-se, no entanto, dizer que a sociedade de risco, na dinâmica de ameaça que ela desencadeia, *impugna tanto as fronteiras nacionais quanto as fronteiras dos sistemas federais e dos blocos econômicos*. Enquanto as sociedades de classes são organizáveis em Estados Nacionais, as sociedades de risco fazem emergir “comunhões de ameaça” objetivas, que em última instância somente podem ser abarcadas no marco da sociedade global.

O potencial de autoameaça civilizacional desenvolvido no processo de modernização faz assim com que também a utopia de uma sociedade global se torne um pouco mais real, ou ao menos mais premente. Exatamente como quando as pessoas do século XIX precisaram, sob pena de naufragar economicamente, aprender a submeter-se às condições da sociedade industrial e do

trabalho assalariado — da mesma forma, elas também precisarão, hoje e no futuro, sob o açoitado do apocalipse civilizacional, aprender a sentar-se à mesa e a encontrar e a implementar soluções para as ameaças autoinfligidas capazes de atravessar todas as fronteiras. Uma pressão nessa direção já se faz sentir. Problemas ambientais somente podem ser solucionados de forma objetiva e razoável em negociações transfronteiriças e acordos internacionais, e o caminho até aí passa conseqüentemente por conferências e arranjos que atravessem inclusive as fronteiras das alianças militares. A ameaça decorrente da estocagem de armas nucleares com inimaginável força destrutiva inquieta as pessoas em ambos os hemisférios militares e faz com que surja uma comunidade de ameaça, que, no entanto, ainda precisa demonstrar quanta carga é capaz de comportar.

O vácuo político

Mas tais tentativas de extrair do terror inconcebível ao menos um sentido político não se podem esquivar do fato de que essas recém-surgidas solidariedades objetivas da ameaça até agora não fazem mais do que flutuar num vácuo político-organizatório. Ao contrário: elas colidem contra os egoísmos nacionais e contra as organizações partidárias e fundadas nos interesses que ainda predominam no interior das sociedades. Não existe lugar na selva da sociedade corporativa para tais riscos globais que atravessam as fronteiras dos grupos. Cada organização tem ali sua clientela e seu “ambiente social”, composto por sócios e aliados que precisariam ser ativados e jogados uns contra os outros. A solidariedade diante das situações de ameaça coloca a estrutura organizatória dos interesses diante de problemas quase insolúveis, desorganizando os hábitos de compromisso já acordados e assentados.

É verdade: as ameaças intensificam-se, mas elas não se convertem politicamente num conjunto de medidas *preventivas* de superação do risco, e mais: não se sabe ao certo qual o tipo de política e de instituições políticas que estariam em condições de adotá-las. O que surge, na verdade, é uma solidariedade ininteligível, correspondente à ininteligibilidade dos riscos. Ela segue sendo, porém, antes um ideal que uma realidade. Ao mesmo tempo, surge com essa fissura um vácuo em termos de competência política e institucionalidade, até mesmo em termos de representações a respeito. A franqueza da questão sobre como as ameaças podem ser manejadas politicamente encontra-se em flagrante desajuste com as crescentes demandas por ação e política.

Por trás disso se esconde, juntamente com muitas outras, também a questão a respeito do *sujeito político*. Teóricos das sociedades de classes do

século XIX haviam elegido para tanto, com boas razões, o proletariado. Eles tinham, e continuam a ter ainda hoje, muitas dificuldades com isto. A evidência social e política dessa concepção, justamente *porque* esteve correta, é declinante. As conquistas do movimento trabalhista político e sindical foram grandes, tão grandes que elas chegam mesmo a solapar seu antigo papel de indicativo do futuro. Ele passa a ser antes um guardião do que já foi obtido, mas que vem sendo corroído pelo futuro, do que manancial de imaginação política, capaz de buscar e encontrar saídas para as situações de ameaça da sociedade de risco.

Ao sujeito político da sociedade de classe — o proletariado — corresponde, na sociedade de risco, a mera *suscetibilidade de todos em razão de imensos perigos mais ou menos palpáveis*. Algo assim sempre pode ser facilmente reprimido. Competentes para tanto são todos e ninguém. Todos, aliás, com apenas um dos pés. O outro está na arena da luta pelo *seu* emprego (sua renda, sua família, sua casinha, seus cuidados com o carro, suas férias dos sonhos etc. Quando isto se perde, o indivíduo — com ou sem toxina — está na pior). Isto repõe as questões: é possível que as impalpáveis suscetibilidades globais cheguem a ser organizadas politicamente? “Todos” são politicamente subjetiváveis? Não se deduz demasiado precipitada e levemente a comunhão de uma vontade e de uma ação políticas a partir da globalidade da situação de ameaça? Não serão a globalidade e a suscetibilidade global na verdade razões para *não* perceber ou perceber *enviesadamente* situações problemáticas, para passá-las adiante? Não serão elas as fontes das quais se alimentam as construções de bodes expiatórios?

Da solidariedade da carência à solidariedade por medo?

Ainda que a expressão política seja incerta, as consequências políticas são ambíguas. Na transição da sociedade de classes para a de risco, começa a diferenciarse a *qualidade da solidariedade*. Dito de maneira esquemática, sistemas axiológicos inteiramente diversos são alavancados nesses dois tipos de sociedades modernas. Em sua dinâmica evolutiva, as sociedades de classes continuam referidas ao ideal da *igualdade* (em suas várias formulações, da “igualdade de oportunidade” até as variantes de modelos socialistas de sociedade). Não é o caso da sociedade de risco. Seu contraprojeto normativo, que lhe serve de base e de impulso, é a *segurança*. O lugar do sistema axiológico da sociedade “desigual” é ocupado assim pelo sistema axiológico da sociedade “*insegura*”. Enquanto a utopia da igualdade contém uma abundância de metas conteudístico-positivas de alteração social, a utopia da segurança

continua sendo peculiarmente *negativa e defensiva*: nesse caso, já não se trata de alcançar efetivamente algo “bom”, mas tão somente de *evitar* o pior. O sonho da sociedade de classes é: todos querem e devem *compartilhar* do bolo. A meta da sociedade de risco é: todos devem ser *poupados* do veneno.

Consequentemente, diferencia-se também a instituição social básica na qual as pessoas se situam, se associam, que as move e distancia ou congrega. A força motriz na sociedade de classes pode ser resumida na frase: *tenho fome!* O movimento desencadeado com a emergência da sociedade de risco, ao contrário, é expresso pela afirmação: *tenho medo!* A *solidariedade da carência* é substituída pela *solidariedade do medo*. O modelo da sociedade de risco marca, nesse sentido, uma época social na qual a *solidariedade por medo* emerge e torna-se uma força política. Até onde chega a tenacidade das solidariedades do medo? Que motivações e forças de ação são liberadas? Como se comporta essa nova comunidade solidária dos medrosos? A força social do medo detona de fato o cálculo de utilidade individual? Em que medida estão abertas ao compromisso as amedrontadoras solidariedades surgidas da ameaça? Sob quais formas de atuação elas se organizam? O medo leva as pessoas ao irracionalismo, ao extremismo e ao fanatismo? O medo não representou até o momento um fundamento de ação racional. Mesmo essa suposição deixa de valer? Não será o medo — diferente da carência material — uma base demasiado movediça para os movimentos políticos? Será que não basta um leve sopro de contrainformações para que a solidariedade do medo desabe?

Individualização, institucionalização e padronização das condições de vida e dos modelos biográficos

“Individualização” — um conceito sobrevalorizado, mal entendido, talvez mesmo um não conceito, que aponta contudo para algo que é importante. Até o momento, uma aproximação ao conceito sempre fora tentada a partir da perspectiva da realidade, daquilo que importa. Nessa tentativa, o miolo de significado do termo foi, na medida do possível, deixado de lado. Algumas retificações conceitual-teóricas serão supridas aqui em dois passos argumentativos. Primeiro, será esboçado um *modelo individualizatório* universal, analítico e ao mesmo tempo a-histórico; assim, será possível abranger muito da discussão clássica de K. Marx, passando por M. Weber, até E. Durkheim e G. Simmel, e talvez seja mesmo possível abordar alguns dos equívocos centrais. Segundo, esse “modelo” deverá ser complementado e especificado, para além de suas versões anteriores, aplicando-o às circunstâncias da Alemanha pós-guerra. Desse modo, o teorema da individualização será condensado numa tese central: aquilo que, ao longo das últimas décadas na Alemanha (e provavelmente também em outros países industriais do Ocidente), se vislumbra já não sendo concebido no quadro das concepções anteriores como uma mudança imanente em termos de consciência e posicionamento das pessoas, mas sim como — perdoem-me a palavra monstruosa — o início de um *novo modo de socialização*, como um tipo de “transformação formal” ou “categorial” no relacionamento entre indivíduo e sociedade.¹

I. DIMENSÕES ANALÍTICAS DA INDIVIDUALIZAÇÃO

A “individualização” não é uma aparição ou uma descoberta da segunda metade do século XX. Situações e estilos de vida “individualizados” po-

¹ O mesmo já tinham em mente também M. Kohli e G. Robert (1984), quando falavam da “individualidade como forma (historicamente nova) de socialização”.

dem ser encontrados na Renascença (Burckhardt), na cultura cortesã da Idade Média (Elias), na ascese introspectiva do protestantismo (Max Weber), na libertação dos camponeses da sujeição estamental (Marx) e no século XIX e início do século XX com o afrouxamento dos laços familiares intergeracionais (Imhof), assim como nos processos de mobilidade — como no êxodo rural, no velocíssimo crescimento das cidades (Lederer, Kocka) etc. Nesse sentido geral, “individualização” significa determinados aspectos subjetivo-biográficos do processo civilizatório (no sentido de N. Elias), em especial em seu último grau, na industrialização e na modernização (em termos de conteúdo, conforme E. Beck-Gernsheim; em termos de método, conforme K. M. Bolte): a modernização conduz não apenas à emergência de um poder estatal centralizado, às concentrações de capital e a um entrelaçamento sempre mais estreito entre divisões do trabalho e relações de mercado, de um lado, e mobilidade, consumo de massa etc., de outro, mas também — e assim chegamos ao modelo universal — a uma “individualização” tripla: *desprendimento* em relação a formações e vínculos sociais estabelecidos historicamente, no sentido de contextos de domínio e provimento (“dimensão da libertação”), *perda de seguranças tradicionais*, com relação a formas sabidas de atuação, crenças e normas de direcionamento (“dimensão do desencantamento”) e — com o que o sentido do conceito se converte em seu contrário — uma *nova forma de enquadramento social* (“dimensão do controle e da reintegração”).

Esses três momentos — desprendimento (ou libertação), perda de estabilidade, reenquadramento — já são em si mesmos um reservatório infindável de equívocos. Eles compõem um modelo universal, um *modelo individualizatório a-histórico*. Parece-me entretanto essencial especificar isto conceitualmente ao longo de uma segunda dimensão: de acordo precisamente com *condições de vida (objetivas)* e *consciência (identidade, desenvolvimento da personalidade) (subjetiva)*. Obtém-se assim o seguinte diagrama, com seis domínios:

<i>Individualização</i>		
	Condições objetivas de vida	Consciência/ Identidade subjetiva
Libertação		
Perda de estabilidade		
Tipo de controle		

Um dos maiores equívocos ligados ao termo “individualização” reside na equiparação (e dela se alimenta) com o campo superior direito da tabela: muitos associam “individualização” com individuação, formação da personalidade, singularidade, emancipação. Isto pode ser correto. Mas talvez também o seu contrário o seja. *Pouco ou quase nada foi dito até hoje sobre todo o lado direito da tabela.* Isto mereceria um outro livro. No fundo, as discussões foram limitadas à parte esquerda, à parte objetiva da tabela. Ou seja: a individualização foi compreendida como categoria histórico-sociológica, *socio-histórica*, como categoria que se apoia na tradição da pesquisa sobre as condições e trajetórias de vida e que sabe muito bem reconhecer a diferença entre o que acontece às pessoas e como elas lidam com isso em termos de comportamento e consciência.² Em contraponto a esse questionamento predominantemente orientado pela consciência, identidade, socialização e emancipação, a questão principal deste capítulo é: *como é possível dar conta da “individualização” como mudança das condições de vida e dos modelos biográficos?* Que formato de condições de vida, que tipo de biografia é capaz de se impor no mercado de trabalho de um país desenvolvido?

2. ESPECIFICIDADES DO SURTO INDIVIDUALIZATÓRIO NA ALEMANHA

Como é possível concretizar esse modelo universal para o caso da evolução da Alemanha pós-guerra? Ou seja: quais são as formas sociais e as seguranças providenciais das quais as pessoas se libertam? Quais são as condições e os meios que ativam essa libertação? Para quais formas novas de controle e socialização elas apontam?

Dois pontos de cristalização foram obtidos até o momento para as desonerações, outros dois se anunciam para o futuro (e são o tema do próximo capítulo). A princípio, tratava-se da *dissolução das classes sociais de extração estamental*, que pode ser acompanhada retrospectivamente até o início do século, mas que adquire na Alemanha um novo caráter. Tais libertações re-

² O lado direito da tabela é em suma o tema central da crítica cultural — “o fim do indivíduo” —, como em Adorno e em Landmann. De outro modo, os questionamentos correspondentes são objeto de investigação da teoria da socialização (como em Geulen, numa forma condensada). Segundo me parece, aqui também cabem as recentes reflexões de N. Luhmann sobre a “autopoiese da consciência” (1985), ver também G. Nummer-Winkler (1985) para uma versão resumida.

lacionam-se aos vínculos sociais e culturais de classe no *âmbito da reprodução*. Além disso, são acompanhadas também por mudanças no âmbito da produção: aumento geral do nível educacional e da renda disponível, regulação das relações trabalhistas, alterações na composição social etc., com a manutenção porém de relações sociais substancialmente desiguais (em última medida, ver Bolte, Hradil, 1984; Schäfer, 1985). Isto pode ser descrito com base na transformação das estruturas familiares, das condições de moradia, da distribuição espacial, das relações de vizinhança, dos hábitos de lazer, das afiliações associativas etc. (ver também Herkommer, 1983). Essa “decomposição do milieu proletário” (J. Mooser, 1983) se reflete — numa projeção sobre o conjunto da estrutura social — nas dificuldades endêmicas de interpretar empiricamente de modo substantivo os modelos de pesquisa sobre estratificação e classes sociais diante das tendências de diferenciação interna e de pluralização. Elas conduziram, por um lado, a um *velado convencionalismo metodológico no estabelecimento de limites de estratificação* (antes de qualquer outro, K. M. Bolte, 1958) e, por outro lado, à *retomada de pressuposições a-históricas sobre antagonismos de classe*. Um ulterior ponto de cristalização reside nas mudanças na *situação das mulheres*. Estas são liberadas da provisão pelo cônjuge — o estribo material da tradicional existência como dona de casa. Dessa forma, toda a trama de vínculos e de provisão da família sofre o peso da individualização. Configura-se o formato da *família negociada a prazo*, na qual as posições individuais, direcionadas para a educação, o mercado de trabalho e a vida profissional, adotam um curioso acordo funcional com vistas a um intercâmbio afetivo regulado e revogável, isto quando de saída já não forem preferidas formas de vida extrafamiliares.³

Ao lado de culturas baseadas na classe social e de relacionamentos no quadro das estruturas familiares, há dois pontos de cristalização para as desonerações. Elas já não têm origem na esfera reprodutiva, mas na esfera produtiva, e consomem-se como desonerações em relação à profissão e à empresa. Trata-se, em especial, da *flexibilização da jornada de trabalho* e da *descentralização do local de trabalho* (da qual o trabalho feito em casa por meios eletrônicos é apenas um caso extremo). Dessa forma surgem *formas*

³ Fuchs e, mais recentemente e com maior alcance teórico, L. Rosenmayr (1978), W. Hornstein (1981) e M. Baethge (1985) demonstraram, com base nos resultados do Shell-Jugend-Studie [Estudo Shell sobre a Juventude], que isso não diz respeito unicamente às relações entre os pais, mas também ao posicionamento das *crianças e adolescentes*; para os problemas específicos das adolescentes e das jovens trabalhadoras, ver particularmente Diezinger, Marquardt, Bilden, 1982.

inovadoras, flexíveis e plurais de subocupação (ver a respeito Cap. 6). Isto levanta problemas (sociojurídicos) de provisionamento e produz ao mesmo tempo situações e padrões de desenvolvimento biográfico inéditos.

Seguimos até aqui um resumo da argumentação. Agora, a questão que lhe dá prosseguimento: que *forma de reintegração e controle* está associada às situações individuais geradas? De início, *três teses* a respeito:

1. Uma singularidade fundamental do surto individualizatório na Alemanha reside em suas *consequências*: já não há qualquer tipo de amortização por meio de uma unidade de referência na esfera reprodutiva. Dito de forma bastante esquemática: as classes sociais já não ocuparão o lugar dos estamentos, o quadro referencial da família já não ocupará o lugar dos vínculos sociais de classe. *O próprio indivíduo se converte em unidade reprodutiva do social no mundo vital*. Ou dito de outra forma: a família, como síntese “penúltima” das condições e das trajetórias de vida, abrangendo diferentes gerações e sexos, se despedaça, e os indivíduos se convertem, tanto dentro como fora da família, em agentes garantidores de uma existência mediada pelo mercado e do planejamento e organização de sua própria biografia.

2. Mas essa especificação das “situações individuais” também envolve um alto grau de *padronização*. Ou dito de forma mais precisa: *os próprios processos que geram a individualização geram também uma padronização*. Isto vale, sempre de maneiras distintas, para o mercado, o dinheiro, o direito, a mobilidade, a educação etc. As situações individuais assim produzidas são inteiramente *dependentes do mercado (de trabalho)*. São por assim dizer o aperfeiçoamento da dependência do mercado, penetrando todas as fibras (da garantia) do sustento, são seu resultado tardio na fase do bem-estar social. Elas surgem na sociedade de mercado, na sociedade do mercado de trabalho *estabelecida*, já pouco habituada ou de todo desafeita às possibilidades tradicionais de provimento. G. Simmel já mostrou claramente como o dinheiro ao mesmo tempo individualiza e padroniza. Isto vale não apenas para o consumo de massa dependente do dinheiro e para as “desonerações do mercado de trabalho”, mas também para a desvinculação e a revinculação através da educação, da juridicização, da cientificização etc.

3. A simultaneidade de individualização, institucionalização e padronização ainda não é suficiente para dar conta das situações individuais produzidas. Elas demandam na verdade uma *abordagem nova*. *Elas invadem a isolada esfera privada e as distintas esferas públicas*. Já não são situações unicamente privadas, mas sim situações invariavelmente institucionais. Têm a contraditória dupla face de *situações individuais institucionalmente dependentes*. Aquilo que aparentemente se situa além das instituições revela-se no

aquém da biografia individual. Essa abordagem das situações, que procura atravessar as fronteiras institucionais, resulta precisamente de sua dependência institucional (no mais amplo sentido): os indivíduos desonerados se tornam dependentes do mercado de trabalho e conseqüentemente da educação, do consumo, das regulações sociojurídicas, do planejamento viário, das ofertas de produtos de consumo, das oportunidades e tendências no aconselhamento e no acompanhamento médico, psicológico e pedagógico. Tudo isto aponta para a *estrutura institucionalmente dependente de controle* das situações individuais. A individualização se revela assim a forma *mais avançada* de socialização dependente do mercado, do direito, da educação etc.

3. INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS PADRÕES BIOGRÁFICOS

No impulso dos processos individualizatórios, diferenças de classe e vínculos familiares não chegam a ser realmente anulados, passando antes ao plano de fundo, dando lugar ao novo “centro” do projeto biográfico. Ao mesmo tempo, surgem novas dependências. Estas remetem a *contradições imanentes ao processo individualizatório*. Na modernidade avançada, a individualização se consoma sob as condições liminares de um processo de socialização que progressivamente impossibilita emancipações individuais: é certo que o indivíduo se desonera de estruturas de sustento e vínculos tradicionais, mas recebe em troca as pressões do mercado de trabalho, de uma subsistência baseada no consumo e das padronizações e controles contidos em ambos. Em lugar dos vínculos e formações sociais *tradicionais* (classes sociais, família nuclear), entram em cena instâncias e instituições *secundárias*, que imprimem sua marca na trajetória do indivíduo e atuam no sentido contrário do arbítrio individual que se realiza sob a forma de consciência, tornando-o um juguete de modas, circunstâncias, conjunturas e mercados.

A vida privada individualizada se torna assim cada vez mais patente e claramente dependente de circunstâncias e condições que escapam inteiramente ao seu controle. Paralelamente, surgem situações de risco, conflitivas e problemáticas, que se contrapõem, por conta de sua origem e de seu feitiço, a qualquer tipo de arranjo individual. Elas envolvem, como se sabe, praticamente tudo aquilo que é discutido e disputado social e politicamente: desde os assim chamados “nódulos do tecido social”, passando pela negociação de salários e condições de trabalho, até a resistência contra intervenções burocráticas, a oferta de oportunidades educacionais, a regulação de problemas no trânsito, a proteção contra danos ao meio ambiente etc. A individua-

lização incide, portanto, em meio a um quadro de condicionamentos sociais que, mais do que nunca, impedem uma existência individual emancipada.

Trajetórias de vida cujos ritmos de desenvolvimento são marcados pelo estamento, por culturas de classe ou pela família são sobrepostas ou substituídas por *trajetórias de vida institucionalmente padronizadas*: entrada e saída do sistema educacional, entrada e saída da atividade profissional, fixações sociopolíticas da idade para a aposentadoria, e tudo isto acontece tanto num corte longitudinal da trajetória de vida (infância, juventude, vida adulta, aposentadoria e velhice) como também no ritmo e no planejamento cotidianos (harmonização da vida familiar, educacional e profissional). O caso da sobreposição se torna ainda mais claro no caso da “biografia normal” das mulheres. Enquanto homens seguem ilesos suas trajetórias diante dos eventos familiares, as mulheres levam uma vida dupla, contraditória, marcada tanto pela família quanto pelas instituições. Para elas, *é ainda* o ritmo familiar que prevalece e, na maioria dos casos, *já é* o ritmo educacional e profissional que conta, em razão do que se exacerbam os conflitos e demandas continuamente irreconciliáveis se impõem.

Individualização significa dependência do mercado em todas as dimensões da conduta na vida. As formas de subsistência que surgem correspondem a um *mercado de massa* e a um *consumo de massa* atomizados, inconscientes de si mesmos, voltados para moradias, móveis e artigos do dia a dia projetados em série, promovidos por meios de comunicação de massa e absorvidos por opiniões, hábitos, gostos e estilos de vida predeterminados. Em outras palavras, as individualizações conduzem as pessoas a *uma padronização e um direcionamento controlados de fora*, para os quais os nichos das subculturas estamentais e familiares sempre foram estranhos.

Estas transformações institucionais das trajetórias de vida significam que regulações, seja no sistema educacional (por exemplo, duração do tempo de estudos), no sistema profissional (por exemplo, jornadas de trabalho mudando diariamente e ao longo de toda a carreira) ou no sistema de seguridade social, estão *diretamente encadeadas com as fases na trajetória das pessoas*: juntamente com determinações e intervenções institucionais consumam-se determinações e intervenções (implícitas) na trajetória de uma pessoa. Com a alteração nos horários das creches, torna-se por exemplo cada vez mais difícil ou mesmo impossível para as mulheres conciliar maternidade e encargos profissionais (isto também significa que mais mulheres serão afastadas do mercado de trabalho). Com a redução da idade mínima para a aposentadoria, a “idade social” é prolongada por decreto para toda uma geração (com todos os problemas e oportunidades correspondentes). Ao mesmo tempo,

efetua-se uma redistribuição das cotas de trabalho em prol das gerações mais jovens. A mesma individualização significa portanto: *institucionalização*, determinação institucional e conseqüentemente: *maleabilidade* das carreiras e vidas. Sua moldagem ocorre no mais das vezes “imperceptivelmente”, como um “efeito colateral latente” de decisões explicitamente relacionadas com o âmbito interno das empresas (sistema educacional, mercado de trabalho, trabalho assalariado etc.). Um exemplo certamente pitoresco — a televisão — pode ajudar a elucidar esse aspecto.

A televisão isola e padroniza. Por um lado, ela dissolve as esferas de interação, experiência e vivência que unem as pessoas de uma forma vinculante e marcadamente tradicional. Ao mesmo tempo, porém, todos se encontram numa situação similar: consomem programas televisivos institucionalmente fabricados, seja em Honolulu, Moscou ou Singapura. A individualização, ou mais precisamente: a libertação dos contextos tradicionais da vida — é acompanhada por uma unificação e padronização das formas existenciais. No interior da família, cada um se sente isolado diante do televisor. Surge assim o diagrama estrutural de um público de massa individualizado ou — de forma mais aguda — a padronizada existência coletiva de uma massa de eremitas (ver G. Anders, 1980).

Isto ocorre simultaneamente como algo *supracultural e supranacional*. As pessoas do mundo inteiro e de todas as classes se encontram, por assim dizer, na *pracinha da televisão* e consomem as notícias. Nesse sentido, as circunstâncias individuais, mesmo em sua dependência institucional, já não podem ser limitadas pelas fronteiras dos Estados Nacionais. Elas fazem parte de uma rede mundial de comunicação padronizada. Mais que isso: num certo sentido, as fronteiras institucionais e nacionais deixam de valer. Nós levamos uma *vida dupla socioespacial*, proporcionada pelos meios de comunicação. Estamos ao mesmo tempo aqui e alhures, sozinhos num canto e contudo espiamos um concerto da Filarmônica de Nova York, ou então somos todos observadores participantes de cenas cruéis da guerra civil no Líbano ao mesmo tempo em que comemos nosso jantar solitário. Conforme se queira, pode-se mesmo dizer que as circunstâncias produzidas revelam em sua “ditopia” uma estrutura ao mesmo tempo *individual e institucionalmente esquizofrênica*. Mas as chances de reconhecer isto, tanto de dentro como de fora, são desiguais. Mantêm-se assim as fronteiras entre dentro e fora ao mesmo tempo em que já não se mantêm.

Também estão implicadas nisso *novas oportunidades para o exercício de controle e influência*. Em face dos hábitos televisivos de amplas camadas da população (que desencadeiam síndrome de abstinência quando não ob-

servados), a programação semanal e diária da família é feita *em pleno acordo* com a programação de TV.

A esfera privada não é o que parece ser: uma esfera delimitada em oposição ao mundo à sua volta. *Ela é uma exterioridade internalizada e tornada privada, uma exterioridade de circunstâncias e decisões* definidas alhures (nas emissoras de televisão, no sistema educacional, nas empresas, no mercado de trabalho, no trânsito etc.) em patente desconsideração pelas consequências biográfico-privadas.

Junto com a dependência institucional aumenta também, entre as individualidades correspondentes, a *suscetibilidade a crises*. A dependência institucional, em lugar de contar com um alcance universal, apoia-se em determinadas prioridades. A chave da garantia de subsistência reside no mercado de trabalho. A aptidão para o mercado de trabalho exige formação. Quem quer que não a receba estará socialmente à beira do abismo material. Sem os respectivos certificados escolares, a situação é tão desastrosa quanto com eles, exceto pela possibilidade de obter um emprego. Chegando a essas condições, aqueles a quem já de entrada foi vedado o acesso a uma formação profissional caem no abismo social. A oferta ou a recusa de vagas de aprendiz se converte numa questão de entrada na sociedade ou saída dela. Ao mesmo tempo, “altos e baixos” conjunturais ou demográficos podem jogar *gerações inteiras para o escanteio existencial*. Isto é: situações individuais institucionalmente dependentes fazem surgir, justamente ao longo de variações conjunturais da economia e do mercado de trabalho, medidas que, apoiadas nos respectivos “espíritos de corpo”, favorecem ou discriminam em função da geração dos afetados. Essas medidas emergem invariavelmente sob a forma de serviços insatisfatórios de previdência e provisão por parte das instituições estatais, que se expõem assim à pressão pela adoção, por meio de regulações jurídicas e programas redistributivos, de medidas compensatórias ou de combate à falta institucionalmente pré-programada de oportunidades para gerações, fases da vida e faixas etárias inteiras.

As instituições operam com *categorias juridicamente estabelecidas de “biografias padrão”*, cada vez mais distantes da realidade. A espinha dorsal da biografia padrão é a relação trabalhista padrão. É assim que o sistema de seguridade social se articula em torno do eixo do trabalho assalariado. Ao mesmo tempo, cresce o número de pessoas que, por maior que seja sua disposição, não conseguem, ou só conseguem depois de muito esforço, adentrar o sistema empregatício. O seguro social se assenta em padrões de normalidade que, em face de um constante desemprego em massa, dificilmente podem ser satisfeitos e que correspondem cada vez menos à evolução das con-

dições de vida em família de homens e mulheres. A concepção do “arrimo de família” acabou sendo rechaçada por meio de uma partilha entre os membros da família, em função de fases e decisões, de papéis cambiantes, quem traz dinheiro para casa, quem põe o pão na mesa, quem toma conta das crianças e quem as educa. Ao invés de famílias “completas”, tem-se as mais diversas variantes de famílias “incompletas”. O grupo cada vez maior dos pais solteiros se sente discriminado por um direito de família que regula os divórcios em favor de um monopólio maternal. E outros exemplos vão na mesma direção.

Uma sociedade que se desenvolve a partir dos eixos de conduta da sociedade industrial — classes sociais, família nuclear, papéis sexuais e profissão definida — se vê assim confrontada a um sistema de instituições tutelares, administrativas e políticas que assumem cada vez mais *uma espécie de função de lugar-tenente da agonizante era industrial*. Elas atuam de forma normativa, pedagógica e disciplinante sobre a vida “desviante” dos padrões de normalidade estabelecidos administrativamente. Elas se convertem em conspiradoras e paladinas na defesa das garantias do passado, que continuam a valer apenas para uma parcela decrescente da população. E assim se aprofundam as *contradições entre duas “normalidades”, uma definida institucionalmente e outra socialmente válida*, e o edifício da sociedade industrial ameaça desmoronar em escombros jurídico-normativos.

Através da dependência institucional, a sociedade individualizada também se fragiliza diante de todos os conflitos, alianças e coalizões possíveis, transversais em relação às tradicionais fronteiras de classe. A oposição entre as partes na relação trabalhista deixa de ser um confronto específico e recua, deixando que assumam relevo central as formas plurais pelas quais a sociabilidade reprimida, com seus respectivos dilemas, abre caminho na existência privada: talvez sejam eventos tais como o planejamento da construção de uma rua nas imediações do próprio quintal, a piora no desempenho escolar dos filhos ou a criação de um depósito de lixo atômico nas redondezas que despertam a consciência para as dimensões de um “destino coletivo”.

Decisivo é porém perceber *como* o destino coletivo institucionalmente determinado surge e é reconhecido e assimilado em meio às circunstâncias em que vivem as pessoas na sociedade individualizada. Caso se queira, é possível exprimir isto por meio de uma comparação: o espelho côncavo da consciência de classe se parte, mas não chega a cair, e cada estilhaço produz sua própria reflexão do todo, sem que a superfície reflexiva, despedaçada por fissuras e fendas e decomposta em pequenos cacos, possa produzir uma única imagem global. Na medida em que as pessoas constantemente se libertam

dos laços sociais e são privatizadas em surtos individualizatórios, ocorre um fenômeno duplo. Por um lado, as formas de percepção se tornam privadas e simultaneamente — consideradas do ponto de vista temporal — *a-históricas*. Os filhos já não conhecem as circunstâncias da vida dos pais, para não mencionar as dos avós. Isto é, os horizontes temporais da percepção da vida são cada vez mais estreitos, até o limite da *história reduzida ao presente (perpétuo)* e tudo girando em torno do eixo do próprio ego, da própria vida. Por outro lado, reduzem-se os âmbitos em que ações definidas coletivamente podem engessar a vida de cada um, aumentando as pressões para que cada um molde sua trajetória com as próprias mãos, inclusive, ou melhor, especialmente nos momentos em que ela não consiste em mais que um mero produto das circunstâncias.

Nesse sentido, individualização significa que a biografia das pessoas se torna independente de determinações pré-fixadas, aberta, disponível e se converte em tarefa a ser desempenhada por cada um. No leque de oportunidades vitais, as parcelas por definição indisponíveis se reduzem e aumentam as parcelas disponíveis, desenhadas de próprio punho. Individualização das condutas e do curso da vida significa portanto: as biografias se tornam “*autoreflexivas*”; a biografia socialmente predeterminada é transformada em biografia feita e a ser feita por cada um. Quanto às decisões a respeito da educação, profissão, emprego, moradia, cônjuge, número de filhos etc., com todas as decisões subsequentes envolvidas, não basta que possam ser tomadas, é preciso tomá-las. Mesmo nas situações em que falar de “decisões” soe demasiado pomposo, dada a falta de consciência e de alternativas, o indivíduo terá de “pagar o pato” pelas consequências das decisões não tomadas. Quer dizer: através de vantagens institucionais e biográficas, surgem por assim dizer *módulos pré-fabricados de possibilidades combinatórias de natureza biográfica*. Na transição da “biografia padrão para a biografia eletiva” (Ley), forma-se o modelo conflitivo e historicamente inédito da “*biografia de bricolagem*” (Gross, 1985). As alternativas exclusivas (ou isso ou aquilo) das situações vitais conflitivas, de ricos e desfavorecidos, passam a ser relativizadas por meio da acumulação de problemas específicos a cada fase da vida (por exemplo, a implicação de decisões de jovens adultos sobre casamento, filhos e a profissão do cônjuge), que demandam harmonização e planejamento específicos, tanto no nível privado como em relação ao âmbito institucional.

Na sociedade individualizada, o indivíduo precisa aprender, sob pena de um prejuízo irreversível, a reconhecer-se a si mesmo como foco de ação, como agência de planejamento no que diz respeito à sua própria carreira, às suas capacidades, orientações, parcerias etc. A “sociedade” *deve* ser mane-

jada individualmente, sob as condições da carreira a ser configurada, como uma “variável”. A escassez das oportunidades educacionais é certamente um problema que afeta a todos; mas em que isto afeta meu próprio destino, aquilo que ninguém pode tirar de mim? O que é que eu posso ou devo encaminhar para que com uma média 6,5 ainda tenha a chance de estudar Medicina? É por isso que as determinantes sociais, que tomam a própria vida de assalto, devem ser concebidas como “variável referente às influências exercidas pelo meio ambiente”, para que, por meio de “medidas imaginativas” referentes ao próprio raio de ação e das respectivas “diferenciações internas” relativas aos contatos e atividades possíveis, possam ser atenuadas, desconsideradas ou anuladas.

O que é exigido é um *modelo dinâmico de ação cotidiana*, que tenha o ego como núcleo, que lhe atribua e inaugure oportunidades de atuação e desse modo permita que as possibilidades emergentes de configuração e decisão relacionadas com a própria trajetória sejam racionalmente pormenorizadas. Isto significa que, nesse caso, sob a superfície de malabarismos intelectuais com o objetivo de assegurar a própria sobrevivência, uma *visão de mundo autocentrada* precisa ser desenvolvida, de tal modo que a relação entre o ego e a sociedade seja praticamente invertida e que, tendo em vista a configuração da própria trajetória, seja assegurada a manuseabilidade de pensamento e ação.

Como consequência, abrem-se as comportas da subjetivização e individualização dos riscos e contradições social e institucionalmente produzidos. Para o indivíduo, as posturas institucionais determinantes já não são apenas os eventos e circunstâncias que lhe sobrevivem, mas incluem *também as consequências das decisões tomadas*, que precisam ser reconhecidas como tais e assimiladas. Isto é facilitado pela mudança de caráter dos eventos mais típicos que tiram o indivíduo dos trilhos. Se anteriormente o que lhe afetava era um “golpe do destino”, sob a forma de intervenção divina ou natural, por exemplo, guerra, catástrofes naturais, morte do cônjuge, em suma, um evento pelo qual ele não aceitava qualquer responsabilidade —, agora tais eventos representam muito mais um “fracasso pessoal”, desde a reprovação num exame até o desemprego ou o divórcio. Portanto, na sociedade individualizada, os riscos não apenas aumentam de um ponto de vista meramente quantitativo, como também acabam surgindo qualitativamente novas formas de risco pessoal: somam-se-lhes novas formas de “atribuição de culpa”, o que é ainda mais agravante. Com base nessas pressões por autoconfiguração, autoplanejamento e autoprodução, acabarão surgindo cedo ou tarde novas demandas educacionais, tutelares, terapêuticas e políticas.

Finalmente, caberia apontar um último elemento, atuando aparentemente em sentido contrário: se por um lado as biografias individualizadas seguem estruturalmente atadas à autoconfiguração, por outro lado elas se abrem até o limite do interminável. *Tudo aquilo que parece isolado numa perspectiva teórico-sistêmica se converte em componente integral da biografia individual: família e trabalho assalariado, educação e ocupação, administração e transporte, consumo, medicina, pedagogia etc.* Fronteiras subsistêmicas valem para subsistemas, mas não para pessoas em situações individuais institucionalmente dependentes. Ou então, formulado com base em J. Habermas: as situações individuais *trespassam* a distinção entre sistema e mundo vital. Elas são por assim dizer o lado biográfico da separação institucional. Visto dessa forma, trata-se de situações institucionais individualizadas cujos nexos e fissuras, negligenciados no nível sistêmico, acabam gerando permanentemente, tanto nas biografias individuais quanto entre elas, pontos de fricção, empecilhos à harmonização e contradições. Sob tais condições, a condução da vida se converte na *superação biográfica de contradições sistêmicas* (por exemplo, entre educação e trabalho, entre a biografia real e a biografia padrão pressuposta institucionalmente).⁴ A biografia é — com base na formulação de N. Luhmann — a *soma das racionalidades subsistêmicas*, e de modo algum o meio ambiente que as envolve. Não é só que a compra do café na loja da esquina eventualmente se torna uma questão relativa à contribuição com o espólio dos trabalhadores rurais sul-americanos. Não é só que a onipresença dos pesticidas transforma uma formação básica em (anti)química num pré-requisito para a sobrevivência. Não é só que a pedagogia, a medicina, o direito previdenciário e o planejamento viário pressupõem um “indivíduo ativamente coimaginativo”, capaz de se orientar por conta própria no meio dessa selva de perenidades precárias. Todos esses e também todos os outros especialistas acabam descarregando suas contradições e controvérsias sobre o indivíduo e confiam-lhe, no mais com a melhor das intenções, a tarefa de avaliar tudo isso criticamente com base nas próprias ideias. Com a destradicionalização e a criação de redes de comunica-

⁴ Uma consequência para a prática científica: a pesquisa biográfica, que não se move senão seguindo as pegadas da pesquisa sobre a família ou sobre camadas sociais, torna-se problemática. Quem quer que deseje investigar a padronização e a (implícita) maleabilidade política das posturas individuais precisará entender também de educação, de relações trabalhistas, de trabalho industrial, de consumo de massa, de direito previdenciário, de políticas de transporte e de planejamento urbano. Nesse sentido, pesquisa biográfica seria — ao menos é o que se exige — algo como uma pesquisa social transdisciplinar a partir da perspectiva do sujeito — uma pesquisa que justamente *trespassa* o esquema das sociologias específicas.

ção de alcance mundial, a biografia se desprende mais e mais de seus circuitos vitais imediatos, abrindo-se para uma *moral remota*, que atravessa fronteiras estabelecidas por nações e especialistas e promovem o indivíduo potencialmente a um estado de contínua tomada de posições. Ao mesmo tempo em que mergulha na irrelevância, ele é elevado a um trono fictício de reformador do mundo. Enquanto os governos (ainda) operam na estrutura do Estado Nacional, a biografia já se abre para a sociedade mundial, mesmo que seja somente por meio do oposto — descaso, simplificação, embotamento — que essa sobrecarga permanente se torne suportável.